

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MELINA MÖRSCHBÄCHER

A CIÊNCIA POLÍTICA NORTE-AMERICANA E O COMPORTAMENTALISMO:  
UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DA AMERICAN POLITICAL  
SCIENCE ASSOCIATION

PORTO ALEGRE

2014

MELINA MÖRSCHBÄCHER

A CIÊNCIA POLÍTICA NORTE-AMERICANA E O COMPORTAMENTALISMO:  
UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DA AMERICAN POLITICAL  
SCIENCE ASSOCIATION

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO SÉRGIO PERES

PORTO ALEGRE

2014

Mörschbacher, Melina.

A Ciência Política Norte-americana e o Comportamentalismo:  
Uma Análise dos Discursos Presidenciais da American  
Political Science Association / Melina Mörschbacher – Porto  
Alegre, 2014.

66f.

Orientador: Paulo Sérgio Peres

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa  
de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2014.

1. História da Ciência Política. 2. Ciência Política Norte-  
americana. 3. Paradigmas. 4. Comportamentalismo. 5.  
American Political Science Association. I. Peres, Paulo Sérgio,  
orient. II. Título.

MELINA MÖRSCHBÄCHER

A CIÊNCIA POLÍTICA NORTE-AMERICANA E O COMPORTAMENTALISMO:  
UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DA AMERICAN POLITICAL  
SCIENCE ASSOCIATION

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

**BANCA EXAMINADORA REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

---

Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres (Orientador)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Izabel Saraiva Noll  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Ernani Rodrigues de Carvalho Neto  
Universidade Federal de Pernambuco

*À minha família e aos meus amigos Carolina, Enzo e Roberta,  
pelo apoio e estímulo na vida acadêmica e pessoal.*

## AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta etapa percebo que neste trabalho não deveria constar apenas o meu nome e que seria devida uma seção de agradecimentos maior do que o restante do conteúdo desta dissertação. Sou muito grata por reconhecer que este momento não foi solitário, como muitos descrevem, e que o trajeto da minha vida acadêmica tem sido, antes de mais nada, um trajeto de crescimento pessoal, no qual tenho sido presenteada pelo contato com ideias e teorias transformadoras, assim como com pessoas com a mesma capacidade. Quanto a estas, estiveram presentes nos meus quatro anos de graduação na Universidade Federal de Pelotas e dois anos de mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seja na sala de aula, nos corredores ou mesmo em casa, oferecendo os elogios e as críticas necessárias, assim como abraços compreensivos nos não poucos momentos de aflição e fraqueza.

Em primeiro lugar,

agradeço a minha família, que sempre incentivou os meus estudos apesar de não compreender muitas vezes a área da minha escolha. Meus pais, Jorge e Eloisa, e minhas irmãs, Larissa e Bianca, são o motivo maior de qualquer conquista em qualquer plano da minha vida.

Agradeço também,

aos professores que estiveram presentes na minha trajetória e me ensinaram lições acadêmicas, mas também de vida nesses anos todos, e o meu orientador Paulo Peres por proporcionar que eu conhecesse uma nova área de pesquisa, complexa porém muito edificante.

Finalmente e, neste momento, de forma muito especial, agradeço

aos colegas maravilhosos que conheci e com quem sigo aprendendo a todo instante. Poderia mencionar muitos deles, mas sem dúvidas todos serão bem representados nos nomes da Carol, Enzo e Roberta. A Carol todo o meu amor e amizade, desde nossas primeiras noites de incansáveis resumos, fichamentos e debates, até sempre, em qualquer lado do oceano; a Enzo, o pedido que continue por perto me presenteando com a sua companhia, carinho e sabedoria; a Roberta minha dívida eterna por se mostrar uma amiga tão presente em momentos de maior necessidade.

## RESUMO

O presente trabalho faz uma análise do período formativo da Ciência Política nos Estados Unidos, com o objetivo de mostrar que o ideal científico que caracterizaria o Comportamentalismo como paradigma hegemônico da disciplina nos anos 1950-1970 já estavam presentes desde a fundação da *American Political Science Association* [APSA], em 1903. Portanto, a chamada “revolução comportamentalista” não foi um movimento abrupto e repentino, mas sim o resultado de uma longa disputa teórico e metodológica que se travou no interior da APSA, especialmente nas páginas de sua principal revista, a *American Political Science Review* [APSR]. Neste sentido, o argumento defendido neste estudo é o de que o conjunto de características que passaram a definir o Comportamentalismo já estava sendo debatido e gestado desde o início do século XX. Do ponto de vista teórico, o estudo adota a perspectiva institucional histórica, focando na formação institucional da APSA, mas também recorre a conceitos centrais da abordagem de Thomas Kuhn, tais como as concepções de *paradigma*, de *ciência normal* e *revolução científica*. O material analisado abrange dados bibliográfico-documentais, os discursos oficiais dos presidentes da APSA, de 1903 a 1969, e bibliografia primária [textos de debate teórico-metodológico publicados na APSR] e secundária [textos sobre a história da disciplina]. Os documentos e textos secundários são analisados por meio de interpretação documental; os discursos presidenciais são examinados por meio da técnica de *análise de conteúdo*. Neste último caso, a intenção era detectar a defesa do ideal científico [método e abordagem] e alguma postura científica para a Ciência Política. Os resultados dão suporte ao argumento central, qual seja, que as diretrizes científicas preconizadas pelo Comportamentalismo foram apresentadas muito antes do período de hegemonia reconhecido pela literatura especializada.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Ciência Política; Epistemologia e Metodologia da Ciência Política; Ciência Política norte-americana; Paradigmas; Comportamentalismo; *American Political Science Association*; *American Political Science Review*.

## **ABSTRACT**

The present work analyses the period of formation of Political Science in the United States, aiming to show that the scientific ideal that would characterize Behavioralism as a hegemonic paradigm in the discipline between 1950-1970 was already present since the foundation of the American Political Science Association [APSA] in 1903. Hence, the so called "Behavioralist Revolution" was not an abrupt and sudden event, but rather the result of a long theoretical and methodological controversy within APSA, especially through its main publication, the American Political Science Review [APSR]. Therefore, this work defends the argument that the defining characteristics of Behavioralism had already been discussed and generated in the beginning of the 20th century. From a theoretical point of view, this work adopts a historical-institutionalist perspective, focusing in APSA's institutional formation, but also mobilizes central concepts from Thomas Kuhn's approach to the philosophy of science, such as paradigm, normal science and scientific revolution. The material hereby analyzed encompasses bibliographical-documental data, APSA's official presidential addresses from 1903 to 1969, and primary bibliography [texts on theoretical-methodological debates published in APSR] and secondary [texts on the History of the discipline]. Documents and secondary texts are analyzed through documental interpretation; presidential addresses are examined through the technique of content analysis. As for the latter, the goal was to identify the defense of a scientific ideal [method and approach] and a scientific position to Political Science. The results support the central argument that the scientific guidelines professed by Behavioralism were already present much earlier than the period of its hegemony as defined by specialized literature on the issue.

**KEYWORDS:** History of Political Science; Epistemology and Methodology of Political Science; American Political Science; Paradigms; Behavioralism; American Political Science Association; American Political Science Review.



## LISTA DE FIGURAS

QUADRO 1	- Síntese das Características dos Paradigmas da Ciência Política	27
QUADRO 2	- Categorias e Critérios de Análise dos Dados	36
FIGURA 1	- Organograma Básico da Estrutura dos Cargos da APSA	31
TABELA 1	- Universidade de Atuação dos presidentes da APSA, 1903-1969	39
GRÁFICO 1	- Evolução do Número de Membros da APSA, 1903-1966	29
GRÁFICO 2	- Formação dos Presidentes da APSA de Acordo com a Nacionalidade da Instituição, 1900-1960	38
GRÁFICO 3	- Comparação do Tipo de Tema Abordado nos Discursos da APSA, 1904-1960	41
GRÁFICO 4	- Temáticas dos Discursos da APSA de Acordo com a Área de Especialização, 1904-1960	42
GRÁFICO 5	- Temáticas dos discursos da APSA de Acordo com o Interesse Geral, 1904-1960	42
GRÁFICO 6	- Classificação dos Discursos da APSA por Abrangência do Discurso, 1904-1960	43
GRÁFICO 7	- Objetivos Defendidos para a Ciência Política nos Discursos dos Presidentes da APSA, 1904-1960	47
GRÁFICO 8	- Histórico da Defesa de Paradigmas nos Discursos Presidenciais da APSA, Médias por Década, 1904-1960	49

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>ENQUANDRAMENTO TEÓRICO.....</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>CIÊNCIA POLÍTICA NOS ESTADOS UNIDOS: FUNDAMENTOS E CIRCUNSTÂNCIAS.....</b>	<b>20</b>
3.1	PERÍODO FORMATIVO.....	20
3.2	PERÍODO EMERGENTE.....	22
3.3	PERÍODO DE CONSOLIDAÇÃO.....	25
<b>4</b>	<b>ASSOCIAÇÃO NORTE-AMERICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA.....</b>	<b>28</b>
4.1	MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO.....	29
4.2	ESTRUTURA INSTITUCIONAL.....	30
<b>5</b>	<b><i>PRESIDENTIAL ADDRESS: COM A PALAVRA OS CIENTISTAS POLÍTICOS.....</i></b>	<b>34</b>
5.1	UNIVERSO EMPÍRICO DA PESQUISA E ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	34
5.1	PRESIDENTES DA APSA.....	36
5.2	CONTEÚDO DOS DISCURSOS: PERFIL GERAL.....	40
5.3	DEFESA DE PARADIGMA.....	46
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>53</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>55</b>
	<b>ANEXO.....</b>	<b>63</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Ciência Política desenvolveu-se profícua e sistematicamente nos Estados Unidos no século XX (ALMOND, 1998; REDFORD, 1961). Para compreender sua evolução histórica, a literatura especializada estabeleceu uma periodização que se tornou canônica e que recorre aos conceitos de *paradigma* e *revolução científica* (KUHN, 2009). De acordo com essa classificação, desde o surgimento da primeira cadeira de Ciência Política, na Universidade de Colúmbia, em 1880, a disciplina evoluiu por meio da sucessão de três *paradigmas* *hegemônicos*: o Antigo Institucionalismo, o Comportamentalismo e o Neo-institucionalismo (ALMOND, 1990, 1998; DRYZEK, 2006; ADCOCK e BEVIR, 2005; EASTON, 1969, 1985; FARR, 1995; GOODING e KLINGEMANN, 1998; REDFORD, 1961; ROSS, 1991; SOMIT e TANNENHAUS, 1967; WAHLKO, 1978; MARCH e OLSEN, 2006, 2008; PERES, 2008; PETERS, 1999). Assim, desde o final do século XIX, a Ciência Política foi prioritariamente orientada pelo Antigo Institucionalismo, caracterizado como uma abordagem de cunho filosófico, histórico e jurídico-formal. Essa perspectiva é denominada institucional por utilizar as instituições políticas como variáveis explicativas de fenômenos políticos e sociais. Por instituições, nesse caso, devemos entender os desenhos constitucionais [divisão dos poderes, funções e atribuições de cada poder, direitos individuais, fundamentos da soberania, etc.] e as regras formais [regras jurídicas, estatutos, regulamentos, etc.].

A partir dos anos 1940-1950, surgiu o *paradigma comportamentalista*, que se tornaria hegemônico até os anos 1970-1980. A proposta do *paradigma comportamentalista* foi significativamente inovadora. Para além da mudança da variável explicativa dos fenômenos – das instituições formais para o comportamento objetivo dos atores –, tratou-se de uma reorientação epistemológica e metodológica da disciplina, amparada em análises multidisciplinares e quantitativas. Portanto, o Comportamentalismo reivindicava uma nova visão de ciência, pautada na objetividade ou neutralidade axiológica, e no rigor metodológico, o que significava estudos com teste de hipótese e com proposição de leis na forma de generalizações empíricas. Isso significa que o procedimento de análise deveria ser indutivo, ou seja, os dados da observação serviriam para verificar a teoria e ajustá-la, assim como para encontrar regularidades que poderiam ser generalizadas como leis probabilísticas.

Desde os anos 1980, outro paradigma se tornaria hegemônico, o Neo-Institucionalismo. Em grande medida, os neo-institucionalistas promoveram uma síntese do Antigo Institucionalismo com o Comportamentalismo (PERES, 2008). Do Antigo Institucionalismo seria retomada a preocupação com as instituições políticas, especificamente

o desenho constitucional e seus possíveis efeitos sobre o funcionamento do governo e o processo democrático. Com isso, as variáveis constitucionais, embora tratadas agora como “regras do jogo” político, voltariam ao centro dos modelos explicativos. Do Comportamentalismo seria mantida a preocupação com análises empíricas, focadas na observação de dados, assim como a ênfase em técnicas quantitativas, a realização de estudos estatísticos e a busca de leis. Dessa forma, a Estatística manter-se-ia como uma ferramenta metodológica indispensável, ao lado da matemática formal, que seria “emprestada” principalmente da abordagem econômica. Outro elemento comportamentalista fundamental que mantiveram foi a concepção de que, acima de tudo, aquilo que os estudos devem explicar é o comportamento dos atores – as variáveis explicativas seriam as instituições políticas, mas o que deveria ser explicado era o comportamento político enquanto tomada de decisão.

Desse modo, é possível dizer que o Comportamentalismo é um *paradigma* central na história da Ciência Política norte-americana. Ele representou o ápice de um projeto de profissionalização e cientificidade que serviu de estímulo para que se criasse a *American Political Science Association* [APSA]<sup>1</sup> e, posteriormente, sua principal revista, a *American Political Science Review* [APSR]. Mesmo depois, quando, segundo a literatura, teria deixado de ser o *paradigma hegemônico*, o Comportamentalismo continuaria a ser o responsável por parte substancial dos ideais científicos que orientam as abordagens neo-institucionalistas – quantificação, rigor metodológico, estudos hipotéticos, ênfase na empiria. Mas, para que o ideal científico do *paradigma comportamentalista* assumisse essa posição central na evolução da disciplina, foi necessário um longo processo de disputa no interior da comunidade, que data desde a fundação da APSA, em 1903, e que se manifesta claramente no *methodenstreit* [disputa metodológica] que foi travado nas páginas da APSR, a partir de 1906.

Além de diversos artigos dedicados à defesa de algum ideal científico a ser adotado pela comunidade, foram especialmente relevantes nesse debate os famosos *Presidential Adresses*, que eram os discursos anuais que os presidentes da APSA proferiam diante dos associados no momento de entrega do cargo ao seu sucessor. Figuras de grande destaque na formação e consolidação da disciplina assumiram a presidência da APSA e fizeram discursos de avaliação dos rumos iniciais da Ciência Política e dos objetivos científicos que julgavam ser os mais apropriados para uma verdadeira “ciência da política”. Tratava-se de uma disputa em torno da criação e do reconhecimento da disciplina enquanto uma profissão acadêmica,

---

<sup>1</sup> A *American Political Science Association* (APSA) é uma associação profissional focada no estudo da Ciência Política. Esta organização científica foi fundada em 1903 e se mantém até os dias atuais como a maior organização em sua área de estudos.

envolvendo a escolha do ideal científico a ser adotado, o tipo de formação a ser dada aos cientistas políticos, os tipos de pesquisas considerados importantes, os temas a serem abordados, entre outros aspectos.

Com efeito, a evolução da disciplina rumo à profissionalização, à formação da comunidade científica e à construção de algum consenso em torno dos ideais do que seria uma “verdadeira ciência da política”, está diretamente vinculada ao debate metodológico que levou à revolução comportamentalista, e este debate, por sua vez, está estreitamente ligado à *American Political Science Association* e à *American Political Science Review*. Ao longo dos mais de cem anos de sua evolução, a *APSA* assumiu o papel de instituição principal da disciplina, congregando os cientistas políticos e suas agendas de pesquisa (GUNNEL, 2006; SOMIT E TANNENHAUS, 1967). Porém, mais do que servir como um espaço de publicações de resultados de investigação e reflexões teóricas, a *APSA* passou a ter peso preponderante nas diretrizes epistemológicas da Ciência Política, pois, enquanto um pólo articulador da comunidade acadêmica, passou a exercer a função de sinalizadora dos ideais científicos a serem seguidos e, portanto, uma balizadora das formas de conhecimento consideradas válidas e metodologicamente aceitáveis. Desse espaço institucional, portanto, resultaram não só as determinações quanto aos domínios da ciência, mas, também, disputas epistemológicas. A consequência mais visível desse conjunto de fatores seria a disputa em torno dos paradigmas científicos que deveriam ser adotados pela disciplina.

Esse poder de influência sobre os rumos das investigações científicas exercido pela *APSA*, devo acrescentar, não se restringe apenas à comunidade dos cientistas políticos nos Estados Unidos. Na verdade, em diversas partes do mundo, a disciplina é marcadamente influenciada pela Ciência Política norte-americana. Os problemas de investigação e as opções teórico-metodológicas adotadas pelos pesquisadores daquele país orientam, direta ou indiretamente, as agendas de pesquisa dos estudiosos da América Latina, África, Europa e Ásia. Isso significa que qualquer resultado de pesquisa sobre a prática e a evolução da Ciência Política nos Estados Unidos tem o potencial de ser, com algum cuidado e parcimônia, generalizada para essa comunidade científica de modo abrangente.

Sob tal perspectiva, o presente estudo se concentra no período de formação da Ciência Política enquanto uma disciplina acadêmica profissionalizada no contexto norte-americano, seguindo a classificação canônica da literatura especializada. Assim, a análise tem como foco o período que vai da formação da comunidade, entre 1903 e 1950, até a consolidação da “ciência da política”, de 1950 até 1970, quando ocorreu a “revolução comportamentalista”.

O argumento a ser desenvolvido e demonstrado é o de que o Comportamentalismo não surgiu como uma revolução abrupta e repentina por parte de alguns cientistas políticos insatisfeitos com as abordagens tradicionais. Na verdade, os ideais científicos do Comportamentalismo já estavam presentes nos debates metodológicos envolvendo figuras centrais da disciplina nos primeiros 40 ou 50 anos de sua institucionalização enquanto área acadêmica de pesquisas e formação científica nas universidades. Houve um longo período de *methodenstreit* opondo ideias de ciência diferentes, opondo os defensores das chamadas abordagens tradicionais – o Antigo Institucionalismo – e da abordagem comportamentalista. O objetivo, portanto, é apresentar uma análise documental e de estatística descritiva que dão suporte a esse argumento central. Para isso, serão analisados, além de documentos e textos secundários, os discursos presidenciais [*Presidential Address*], considerando-os como indicadores desse debate, da competição entre paradigmas e do posterior predomínio do Comportamentalismo. Os discursos presidenciais da APSA, portanto, indicam o “estado da disciplina” em suas diversas épocas, servindo ainda como variável qualitativa de contextualização e representação dos consensos e dissensões na comunidade. Ao final, com base em algumas evidências circunstanciais e em outras mais diretas, será possível sustentar que, de fato, o conjunto de características que passaram a definir o paradigma Comportamentalista já se encontrava presente no ideal de ciência defendido por parte da comunidade científica norte-americana desde o início do século XX.

Sendo assim, o presente estudo tem a pretensão de trazer uma modesta contribuição ao estudo da história e metodologia da Ciência Política em sua etapa de formação e posterior consolidação. Por mais estranho que possa parecer, mesmo no âmbito da Ciência Política norte-americana, onde a linha de pesquisa sobre a história e a metodologia da disciplina é mais sistemática, são escassas as pesquisas sobre esse período. No caso do Brasil, não há estudos sobre o tema – Ciência Política norte-americana – e essa área de pesquisa – história da Ciência Política – somente agora começa a ter maior atenção<sup>2</sup>. Mas, além dessa contribuição temática, a dissertação também apresenta uma contribuição empírica, visto que mesmo este sendo tema recorrente nos Estados Unidos, os estudos raramente concentram-se na coleta e análise de dados a fim de falsificar ou corroborar teses da literatura especializada.

---

<sup>2</sup> Recentemente, a Associação Brasileira de Ciência Política decidiu dar início a um projeto abrangente sobre a história da disciplina no Brasil, mostrando que o tema é relevante e que deve se tornar uma linha de pesquisa no país. Até então, apenas algumas iniciativas mais isoladas e pessoais conduziram a estudos sobre o tema. Um dos raros esforços nesse sentido pode ser exemplificado pela publicação recente de Trindade (2012), que já trabalha com essa temática há algum tempo. Nesse trabalho, o autor traz entrevistas com uma série de cientistas sociais, dentre eles, alguns cientistas políticos, abordando questões relacionadas com a memória da formação dessa área acadêmica no país.

Especialmente no caso dos discursos presidenciais da *APSA*, os quais não costumam ser objeto de análise de pesquisadores norte-americanos.

Para encaminhar a discussão, a dissertação está organizada em quatro seções. A seguir, apresento brevemente o enquadramento teórico. Depois, discuto *a Ciência Política nos Estados Unidos*, com o foco voltado aos fundamentos e circunstâncias de seu surgimento, tratando assim da contextualização histórica de sua profissionalização. Na sequência discuto a constituição da *APSA*, sua estrutura organizacional e seu comportamento enquanto comunidade acadêmica. E, finalmente, analiso os discursos presidenciais, por meio da técnica de análise de conteúdo. Nesta última seção, apresento ainda os procedimentos metodológicos e o material analisado. Na conclusão, procuro sintetizar o percurso da análise e explorar as possíveis contribuições mais gerais e específicas deste estudo.

## 2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A prática científica pode ser analisada sob três aspectos: [1] os fundamentos do conhecimento, remetendo aos processos cognitivos do sujeito e suas condições de apreensão dos fenômenos externos; [2] os critérios de validação do conhecimento por meio da utilização de determinado protocolo de investigação, o que implica a análise da lógica da prática científica, seja em termos linguísticos – afirmações substantivas e predicativas sobre o objeto –, seja em termos metodológicos; e [3] a evolução e sucessão de teorias explicativas de acordo com a concepção que os investigadores têm acerca do universo de investigação – o que envolve seus valores, seus compromissos, suas disputas e as bases psicológicas e sociológicas de sua comunidade.

Thomas Kuhn entra nesse debate no momento de surgimento da chamada “nova filosofia da ciência”, que se desenvolveu a partir dos anos 1940, sob a influência da sociologia do conhecimento e da “nova história da ciência” (cf. Pérez Ransanz, 1999; Hoyningen-Huene, 1993). Kuhn (2009)<sup>3</sup> destaca que a prática científica do “mundo real” não tem qualquer relação com a abordagem idealista, formal e lógica das abordagens tradicionais, essencialmente filosóficas. Segundo a “nova filosofia da ciência”, os cientistas se organizam em comunidades semelhantes a quaisquer outras e sua coesão se dá em torno de valores comuns e crenças. Nesse sentido, o mais importante é analisar como as teorias são construídas e aceitas pela comunidade, e como tais teorias promovem uma coesão em torno de valores científicos que passam a ser comuns, e que levam à percepção do mundo de uma forma já pré-determinada por esses mesmos valores. Os cientistas não investigam objetos que estão no mundo, mas constroem tanto os objetos que investigam como o mundo que abriga tais objetos.<sup>4</sup> Assim, a cosmologia da comunidade define os problemas legítimos a serem investigados, as formas aceitáveis de abordá-los e as soluções válidas. As teorias já antecipam as explicações, pois “criam” os objetos e a metodologia adequada à sua apreensão. Em outras palavras, as teorias não apenas criam os objetos e as hipóteses, mas também os mecanismos de verificação ou comprovação.

Para Kuhn (2009), os cientistas não estão preocupados em falsificar suas teorias, mas em se aprofundar na investigação de um universo que eles mesmos criaram, e, assim, na

---

<sup>3</sup> Nelson Polsby (1998) afirma que vários pesquisadores da área de ciências sociais têm utilizado a perspectiva kuhniana ao tratar da evolução de suas disciplinas. Dentre estes, recebem destaque três presidentes da *American Political Science Association*: David Truman (1965), Gabriel Almond (1966) e Karl Deutsch, (1970).

<sup>4</sup> Discussões mais aprofundadas sobre a teoria kuhniana podem ser encontradas em Bird (2000), Fuller (2000), Pérez Ransanz (1999) e Hoyningen-Huene (1993).



resolução de enigmas ou quebra-cabeças postos pela própria teoria. As teorias lhes dão o objeto, os problemas, as perguntas, as hipóteses, a metodologia, os dados empíricos pertinentes e as formas aceitáveis de validação. As teorias propõem um jogo de resolução de *puzzles* e põem a comunidade a resolvê-los de acordo com as regras e os valores por ela estabelecidos. Os cientistas entram nesse jogo para mostrar suas destrezas e habilidades para resolver esses quebra-cabeças, cujas soluções já são antecipadas e previstas pela teoria. Esse conjunto de regras e objetivos do jogo, bem como suas modalidades de resolução, estabelecem um padrão de investigação científica que será seguido por todos os membros da comunidade. Trata-se, então, de um *paradigma*. De acordo com Kuhn (2009, p. 13), “os *paradigmas* são (...) realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante um certo período, fornecem problemas e soluções-modelo para uma comunidade de especialistas”.

A partilha de valores científicos comuns e a crença numa cosmologia que lhes diz o que é o universo, quais são suas entidades fundamentais, como ele “funciona”, quais são os problemas dignos de serem enfrentados, permitem à comunidade científica a adesão a uma teoria que estabelece, em conexão com essa cosmologia, os conceitos que melhor descrevem esse universo – ou a parte mais importante dele –, o objeto central de qualquer investigação, as hipóteses a serem confirmadas e os instrumentos metodológicos a serem utilizados. Persistindo esse consenso em torno de um *paradigma*, ele se torna hegemônico e os pesquisadores passam a se dedicar àquilo que Kuhn (2009, pp. 31-32) chamou de *ciência normal*.<sup>5</sup>

Essa tradição de pesquisa, por sua vez, evolui historicamente na medida em que é capaz de se reproduzir, ou seja, na medida em que é capaz de recrutar novos membros para a comunidade e treiná-los de tal modo que eles passem a compartilhar da mesma cosmologia e, assim, a operar com o mesmo *paradigma* científico. Pertencer à comunidade é aceitar os valores partilhados, submeter-se à autoridade dos mais “antigos” e respeitados membros do grupo, dominar a mesma linguagem, os ritos, crenças, regras de comportamento, etc. Desse modo, o pertencimento à comunidade científica formada em torno de algum *paradigma* demanda um processo de iniciação; mais propriamente, de socialização. Conforme observa Kuhn (2009, p. 32), “o estudo dos *paradigmas* (...) é aquilo que prepara fundamentalmente o estudante para se tornar membro da comunidade científica no seio da qual exercerá sua

---

<sup>5</sup> A *ciência normal* se constitui como uma atividade de resolução de quebra-cabeças. A busca pela adequação da realidade a teorias aceitas pela academia é a principal motivação do cientista.

prática. (...) As pessoas cuja investigação se baseia em *paradigmas* partilhados empenham-se em seguir as mesmas regras e critérios de prática científica”.

Além da educação formal dos novos cientistas, outro mecanismo, poderíamos dizer, institucional de reforço e reprodução do *paradigma* envolve os rituais de comunicação dos esforços bem sucedidos de resolução dos enigmas postos pelas teorias hegemônicas. Encontros científicos e revistas acadêmicas são exatamente os espaços institucionais nos quais a *ciência normal* é apresentada à comunidade e novos exemplos de “bom funcionamento” do *paradigma* são oferecidos, reforçando a confiança dos membros em seus valores científicos no *paradigma hegemônico*. Nesse contexto, as direções das associações científicas, os organizadores dos encontros acadêmicos, os editores das revistas que publicam as pesquisas cumprem a importante função de “guardiões do *paradigma*”. Nada que discrepe dos modelos exemplares de proposição e resolução dos problemas científicos postos pelo *paradigma hegemônico* será aceito facilmente nos encontros e nas revistas científicas. Nada que implique em “quebrar” o consenso será tolerado tranquilamente, pois, aquilo que desafia o *paradigma*, desafia a comunidade mesma, desafia sua cosmologia, seu mundo, seu universo, sua própria existência.

Por isso, segundo Kuhn (2009), as *ciências maduras* são ciências que operam com um *paradigma hegemônico* e, portanto, são dogmáticas,<sup>6</sup> são refratárias à inovação e ao pluralismo. Qualquer mudança só é tolerada quando o *paradigma* está em crise, em decorrência de *anomalias empíricas* que já não podem mais ser desconsideradas ou evitadas. Mas isso significa não apenas a *crise do paradigma*, significa igualmente a crise da comunidade, que terá que se refazer totalmente em torno de um novo *paradigma* que deverá se tornar hegemônico.

Portanto, seguindo a teoria da ciência de Thomas Kuhn, é possível dizer que a ciência é uma prática comunitária, repleta de valores na forma de ideais científicos, que acomoda disputas entre grupos pela imposição de suas teorias explicativas e que as teorias adotadas de forma consensual levam à *ciência normal*, ou seja, aquela que opera de acordo com o *paradigma hegemônico*, um exemplar na *resolução de puzzles* colocados pelo próprio *paradigma*. Objetivamente, o predomínio de um *paradigma* pode então ser detectado pela análise dos temas abordados nos encontros científicos e pelo conteúdo dos artigos publicados nas revistas acadêmicas, assim como nas diretrizes científicas que grupos de trabalho,

---

<sup>6</sup> Os resultados esperados da *ciência normal* possuem uma pequena margem de surpresa. Todavia, o problema da restrição do paradigma pode se tornar uma vantagem quando percebida em termos da concentração da atividade científica num problema específico, o que permite um estudo aprofundado e detalhado sobre aspectos importantes da sua natureza (KUHN, 2009).

presidentes de associações e documentos de teor metodológico. Lá devem estar expressos o ideal de ciência compartilhado pela comunidade, na forma de problemas investigados, teorias adotadas e metodologias mobilizadas.

Como se pode notar, Kuhn (2009) apresenta uma Sociologia da Ciência e não, como a exemplo de Popper, uma Epistemologia voltada à análise lógica dos métodos<sup>7</sup>. No modelo teórico de Kuhn, a ciência possui uma história análoga à das instituições sociais e políticas, caracterizando-se como uma atividade coletiva repleta de crenças, de valores e de disputas e interesses científicos e extra-científicos. Da mesma forma que existem comunidades sociais com diferentes concepções de mundo, também há comunidades científicas disputando a hegemonia do espaço acadêmico, muitas vezes em busca de *status*, privilégios e deferências. De forma decorrente, as diretrizes da ciência se caracterizam como fenômenos complexos, sendo o consenso e dissenso os responsáveis pela dinâmica da comunidade. O corpo de conhecimentos científicos, então, é uma construção social permanente, envolvendo recrutamento, socialização e luta para manter ou alterar o *status quo*. Conforme Kuhn (2009, p. 221):

(...) os membros de uma comunidade científica vêm a si próprios e são vistos pelos outros como os únicos responsáveis pela perseguição de um conjunto de objetivos comuns que incluem o treino de seus sucessores. No interior de tais grupos a comunicação é relativamente ampla e os julgamentos profissionais relativamente unânimes.

Neste trabalho, será adotado esse enquadramento teórico, com a aplicação do conceito de *paradigma hegemônico* e a perspectiva evolutiva focada na sucessão de *paradigmas* por meio de *revoluções científicas*. Esse tipo de abordagem, inclusive, já vem sendo utilizado por analistas da área desde os anos 1956 (TRUMAN, 1965; BALL, 1976; POLSBY, 1998; PERES, 2008).

---

<sup>7</sup> Karl Popper (1993), diferentemente de Thomas Kuhn (2009), defende que a validade da prática e do conhecimento científicos deve ser reconhecida com base em critérios lógicos. Assim, tornam-se centrais os aspectos metodológicos da ciência.

### 3 CIÊNCIA POLÍTICA NOS ESTADOS UNIDOS: FUNDAMENTOS E CIRCUNSTÂNCIAS

A Ciência Política é uma disciplina que, obviamente, possui características específicas. Contudo, seu período formativo enquanto área acadêmica, acompanha uma tendência ampla que envolve o desenvolvimento das Ciências Sociais desde as últimas décadas do século XIX, em especial, as áreas de Sociologia e de Economia. Estas ciências seriam, em parte, produtos da cultura moderna americana, ao propagarem valores nacionais, como a defesa dos ideais liberais, a preocupação com as implicações práticas de pesquisas acadêmicas, o cientificismo e o princípio “excepcionalista”<sup>10</sup>. Tais orientações, ou conjunto de tendências, podem ser observadas desde o início da história disciplinar da Ciência Política nos Estados Unidos, e sofreram um significativo aprofundamento no decorrer de seus primeiros anos (ROSS, 1991).

#### 3.1 Período formativo

A Ciência Política, como uma disciplina de pós-graduação, exigente de prática e treinamento, não existia nos Estados Unidos até o último quarto do século XIX. De início, a formação de pesquisadores norte-americanos se concentrava nos programas de pós-graduação do exterior. Assim, a jornada para o nascimento do estudo da política nos Estados Unidos teve início, prioritariamente, nas universidades da Alemanha, onde a disciplina estabelecia uma relação estreita com a História e a Filosofia, e era identificada como *staatswissenschaft*, ou seja, o estudo do Estado. Consequentemente, os primeiros passos para o estabelecimento da área no país, orientam-se por esta perspectiva, de modo que essa “ciência da política” inicial, fortemente estatista e estrutural-funcionalista – analisavam-se as estrutura e funções do Estado – foi bastante influenciada pelo ideal de Ciência Política estabelecido na Alemanha. Em realidade, além do fato de que muitos cientistas políticos norte-americanos tiveram parte de sua formação de pós-graduação na Alemanha, houve ainda um elemento adicional nessa influência, qual seja, a ida de Francis Lieber para os Estados Unidos e sua intensa atuação na criação da primeira cadeira de Ciência Política no país.

Em 1857, Lieber, um imigrante alemão que havia sido treinado na *staatswissenschaft*, estabeleceu-se na Universidade de Columbia, fomentando o estudo acadêmico da Ciência

---

<sup>10</sup> Dorothy Ross (1991) afirma que os americanos percebiam sua situação excepcional frente a outros países com base na sua história de independência nacional e no estabelecimento de sua Constituição republicana.

Política e História por meio da criação de disciplinas específicas para as mesmas. Em seguida, no ano de 1876, a fundação da Universidade Johns Hopkins<sup>11</sup>, inspirada nas universidades de pesquisas alemãs, dá continuidade a essa orientação, com a criação de um programa de pós-graduação, amparado fortemente na figura de Herbert Baxter Adams, doutor pela universidade alemã de Heidelberg. A produção de pesquisas deu um salto expressivo nesse momento, sendo quase todas elas orientadas a análises formais e históricas da estrutura e funções do Estado. Havia rápida evolução de análises sistemáticas de comparação, com manipulação de dados cada vez mais criteriosa (SOMIT e TANNENHAUS, 1967).

Neste mesmo sentido, tem considerável sucesso a iniciativa de John Burgess<sup>12</sup>, professor de Ciência Política e Direito Constitucional, que propiciou a criação do primeiro Departamento de Ciência Política nos Estados Unidos na Universidade de Columbia, em 1880. Mesmo com certa resistência por parte de colegas de profissão, Burgess alcançou o objetivo de estabelecer um programa de pós-graduação, seguindo orientações alemãs e francesas, e incentivando uma relação próxima com o Direito e abordagens histórico-comparativas, apesar de já afeito a uma distinção demarcatória maior entre os objetos e escopo das disciplinas<sup>13</sup>. Pode-se dizer que Columbia foi a principal instituição formativa no desenvolvimento da Ciência Política norte-americana, lançando as diretrizes e agendas de pesquisa para os anos seguintes.

De maneira complementar, identifica-se como herança desse período a preocupação com questões de caráter local e nacional, voltadas à defesa de valores liberais dos Estados Unidos. Isso leva a Ciência Política a discutir sua relação com a política e os governos, algo que se torna cada vez mais frequente e ganha novos defensores, a exemplo de Woodrow Wilson<sup>14</sup>, que seria presidente da APSA e, depois, do país. A preocupação com a prática ou a atuação nos governos e o ideal cientificista da época – a descoberta da verdade e a demonstração da existência de leis naturais – tornaram-se responsáveis pelo rápido crescimento de programas de pós-graduação na área. As novas diretrizes deram início a um processo de socialização, preparo profissional e estabelecimento de sistemas de valor que

---

<sup>11</sup> Outras universidades destacaram-se pela tentativa de implantação de programas semelhantes ao de Johns Hopkins, destacam-se: Harvard, Pensilvânia e Michigan (SOMIT e TANNENHAUS, 1967).

<sup>12</sup> John Burgess (1844-1931) formou-se na Alemanha, onde teve contato com estudos históricos e jurídicos da época. Tais influências determinaram os moldes do curso criado na Escola de Columbia, após uma tentativa sem sucesso da implantação do mesmo na Universidade de Amherst.

<sup>13</sup> A relação da Ciência Política com a História foi tema recorrente no período. Os protagonistas deste debate foram Herbert Baxter Adams, Munroe Smith, Jesse Macy e Simeon Baldwin.

<sup>14</sup> Woodrow Wilson obteve seu título de doutorado pela universidade de Johns Hopkins e chegou a ser aluno de Herbert Baxter Adams.

levaram a nova comunidade de cientistas políticos a ganhar autenticidade em sua prática de pesquisa e organização e legitimidade profissional.

A Ciência Política de John Burgess e Herbert Baxter Adams já é marcada pelo dedutivismo, e uma nova geração – Woodrow Wilson, James Bryce e Lowell – assume o “realismo”, voltado ao “fato político”, e não mais restrito à análise de documentos. Dessa forma, as universidades Johns Hopkins e Columbia, em conjunto com o periódico da época, *Political Science Quarterly*, fundado ainda no século XIX, abriram espaço para o reconhecimento de uma disciplina autônoma de Ciência Política nos Estados Unidos, cujo foco constitucional dar-lhe-ia a denominação de institucionalista.

O *paradigma* do Institucionalismo Antigo se concentra na construção e no funcionamento de instituições políticas. Essa abordagem, também reconhecida como formal-legal, têm suas raízes na tradição de estudos da Ciência Política europeia, principalmente na Alemanha, no final do século XIX e início do século XX, onde a ciência prezava fortemente pela comparação e dedução (RHODES, 2006). Esta tendência, no momento em que se estendeu aos Estados Unidos, incentivou, em grande medida, a área de pesquisa conhecida como “arquitetura constitucional” (ROTHSTEIN, 1996; PETERS, 1999). Estudos exemplares desse período são as obras de Woodrow Wilson e Walter Bagehot – referentes, respectivamente, a descrições da política estadunidense (Wilson, *Governo Constitucional nos Estados Unidos*, 1963) e inglesa (Bagehot, *The English Constitution*, 1867). Em suma, o Antigo Institucionalismo caracteriza-se por utilizar o estudo de instituições com fins à explicação do comportamento político. Entende-se que o estudo empírico dos desenhos constitucionais dispensem o estudo empírico de como os indivíduos agem em cada situação. Enfatiza-se, portanto, o estudo das regras formais, sob um enfoque histórico e jurídico, mantendo-se a preocupação de apresentar modelos prescritivos do que seria um bom governo.

### **3.2 Período Emergente**

O surgimento da Ciência Política enquanto uma disciplina autônoma, com objeto e métodos identificáveis, acompanha uma ampla reestruturação do ensino americano no final do século XIX e início do século XX. A especialização foi sentida, principalmente, nas Ciências Sociais que, a partir de então, deram origem a uma série de associações profissionais, a exemplo da *American Historical Association*, AHA (1884), da *American Economic*

*Association, AEA* (1885) e *American Sociological Society*<sup>15</sup> (1903), que, em seguida, passaram a criar periódicos acadêmicos oficiais. No caso da Ciência Política, a criação da *American Political Science Association* (1903), deu origem à *American Political Science Review*, em 1906. Tal tendência demarca um novo período, o de emergência disciplinar, cujo ponto de partida é a fundação da *APSA*.

Entretanto, se a primeira fase descrita parece apontar para a clara hegemonia do *paradigma institucionalista* – Antigo Institucionalismo –, a partir de então se instaura uma fase de incertezas, motivada pelos achados de *anomalias científicas* nos estudos da área, e pelo desencadeamento de um estado de crise desse *paradigma*. O Antigo Institucionalismo passou a ser visto pelo ângulo de suas falhas empíricas – suas previsões teriam falhado porque modelos constitucionais iguais, adotados em lugares diferentes, promoveram resultados institucionais notadamente diversos (RHODES, 2006). Diante disso, emergiram demandas por uma ciência mais rígida em termos metodológicos, e mais comprometida em dar respostas a problemas políticos práticos de seu tempo. Assim, temáticas que voltariam mais tarde com o Neo-institucionalismo, passaram para segundo plano, dando lugar a uma nova orientação paradigmática que viria a se impor lentamente, depois de décadas de disputa metodológica entre uma nova geração de cientistas políticos que abraçavam esses novos ideais de uma ciência aos moldes das ciências da natureza, e a antiga geração, mais comprometida com o Antigo Institucionalismo.

A ruptura não foi drástica, mas sim progressiva, na medida em que novas instituições – com ênfase na *American Political Science Association* e na Escola de Chicago –, passam ter visibilidade, apesar das propostas inovadoras da segunda. De início, evidencia-se uma clara insatisfação com a prática da ciência nos moldes do Antigo Institucionalismo. Sobre isso, Dryzek (2006) destaca que esse foi um dos momentos mais importantes na evolução da disciplina, na medida em que já é possível identificar um período de pluralismo nas orientações disciplinares nessas primeiras décadas do século XX. Essa pluralidade, todavia, não consistia na defesa geral de que a Ciência Política deveria ser metodológica e teoricamente plural, mas sim na coexistência tensa entre dois paradigmas em aberta competição pela hegemonia na comunidade. O criticismo contínuo foi um prólogo para um amplo debate que aconteceria no decorrer desse período até pelo menos a década de 1940, quando já é possível perceber que o Comportamentalismo ganharia contornos de maior predominância na disciplina (KIRKPATRICK, 1962; SIBLEY, 1962).

---

<sup>15</sup> Atualmente denominada *American Sociological Association* (ASA).

Ademais, há um contexto social, econômico e político propício para mudanças que concorre para a maior aceitação do Comportamentalismo (ALMOND, 1998; EASTON, 1985). O governo norte-americano recorre cada vez mais aos profissionais da Ciência Política para assumir posições oficiais ou de consultoria, para políticas internas e externas, como, por exemplo, na análise das causas da guerra, dos efeitos das propagandas de mídia nazistas, das possibilidades da democracia em países do terceiro mundo, etc. (DREWRY, 1996). O estímulo à pesquisa foi proporcionado pelo financiamento<sup>17</sup> dirigido a universidades com vistas à maior ligação da ciência com o contexto de conflitos no qual o país estava inserido, garantindo “seletividade radical” dos estudos da área (DRYZEK, 2006). Almond (1998, p.68) destaca um caso importante da relação entre a Ciência Política norte-americana e os interesses do governo na Segunda Guerra:

*World War II turned out to be a laboratory and an important training experience for many of the scholars who would seed the "behavioral revolution." The problems of how to insure the high rate of agricultural and industrial production on the part of a reduced labor force, how to recruit and train soldiers, sailors and airmen, and later how to discharge and return them to civilian life, how to sell war bonds, how to control consumption and inflation, how to monitor internal morale and the attitudes of allies and enemies, created demand for social science personnel in all the branches of the military and civilian services. The war effort created pools of social science expertise which, on the conclusion of the war, were fed back into the growing academic institutions of the post-war decades.*

Outro elemento extremamente importante para que o Comportamentalismo lograsse êxito na disputa pela hegemonia dentro da comunidade foi a atuação de Charles Merriam na Universidade de Chicago. Sua centralidade nesse processo foi tão destacada que a literatura especializada denomina essa atuação na defesa dos ideias científicos comportamentalistas e na formação dos novos pesquisadores com esses valores como a “Escola de Chicago”. Destarte, o estabelecimento de padrões profissionais foi desenvolvido nesse período, principalmente em termos de aspectos técnicos, teóricos e metodológicos, reforçando, assim, as bases científicas da disciplina de Ciência Política (EASTON, 1985). O papel da instituição foi o de operacionalização de princípios do *paradigma comportamentalista*, ou seja, ela forneceu o terreno teórico-metodológico somado ao material humano. O período de auge da instituição foi nos anos de 1920-1940, no qual estudos empíricos foram incentivados por meio de uma

---

<sup>17</sup> Destaque aos financiamentos de pesquisa comportamental por parte da *National Science Foundation*.



estratégia de investigação interdisciplinar e pela introdução de novas metodologias de análise (ALMOND, 1998).

Charles Merriam inaugurou a nova escola abrindo espaço para uma série de estudos voltados à cultura e socialização política (ALMOND, 1998). As propostas de Merriam constam em sua obra-manifesto, intitulada *The Present State of the Study of Politics* (1921), na qual o autor propõe duas atitudes como base para a renovação dos estudos na área de Ciência Política: (1) a exploração da Psicologia e Sociologia do comportamento político e (2) a introdução de métodos quantitativos na análise dos fenômenos. Outros estudiosos, que merecem menção, devido às suas relevantes contribuições à evolução da pesquisa científica no período da Escola de Chicago são Harold Gosnell, com o primeiro programa de investigações importante a respeito de atitudes em relação ao voto, e Harold Lasswell, com seu reconhecido interesse pela psicologia política (ALMOND, 1998).

### 3.3 Período de consolidação

O Comportamentalismo apresenta-se em um contexto de amadurecimento da disciplina no século XX nos Estados Unidos, florescendo na década de 1940, mas adquirindo hegemonia apenas entre as décadas de 1950 e 1960 (EASTON, 1962). O amadurecimento da APSA, os encontros anuais e sua revista, assim como um contexto acadêmico e político propícios, redirecionaram a prática disciplinar. Portanto, a partir da década de 1950, pelo menos quatro elementos parecem se tornar basilares nos estudos sobre a política nos Estados Unidos: o comportamento é a variável a ser explicada e o objeto de análise; as abordagens devem ser quantitativas; os estudos devem ser hipotéticos, indutivos e, portanto, buscar as generalizações empíricas; e os estudos devem ser multidisciplinares.

Nesse contexto, o paradigma comportamentalista defende o retorno à “verdadeira” fonte de explicação para os fenômenos humanos – o comportamento real dos atores. Para isso, os estudos deveriam ser voltados aos aspectos culturais da organização social<sup>18</sup>. Do mesmo modo, a abordagem multidisciplinar é de fundamental relevância, seja nas orientações teóricas ou metodológicas (DAHL, 1961; MERRIAM, 1924). Inclusive, a aproximação em relação às outras ciências resultou de incentivos conjunturais – contexto da guerra, aplicação da ciência

---

<sup>18</sup> Aqui deve ser feita uma importante distinção. Apesar do Comportamentalismo ter sido influenciado pela perspectiva mais ampla do *Behaviorismo*, predominante na Psicologia, a partir da obra de John Watson (especialmente WATSON, 1913), o Comportamentalismo na política tem características bastante diferentes. Por isso, Easton (1962) chegou a sugerir terminologias diferentes para cada abordagem, sendo *Behaviorism* para a Psicologia, e *Behavioralism*, para a Ciência Política.

para fins políticos, etc. – e também do diálogo entre comunidades científicas. Em defesa do compartilhamento de conhecimentos, cientistas políticos reforçaram a importância de contato com diferentes áreas de estudo, como a Psicologia, Sociologia e Biologia. Houve ainda a pretensão de uma integração de todas as ciências numa única área, as “ciências do comportamento”.

Com relação à orientação empírica, vale ressaltar que esta é decorrente do contato multidisciplinar descrito, mas também da tentativa da nova comunidade de cientistas de se ater à prática real da política, afastando-se do caráter especulativo atribuído ao *paradigma* anterior. Pautou-se na crença de que a quantificação e generalização são capazes de apresentar leis gerais do comportamento social, de modo a oferecer soluções práticas e mais diretas aos problemas políticos. Nesse sentido, as preocupações metodológicas, ligadas a critérios de objetividade, rigor e neutralidade, estão relacionadas a uma tendência particular da época, reconhecida como cientificismo. Houve uma tentativa de emulação das ciências sociais em relação às ciências naturais, com vistas ao reconhecimento do *status* de ciência conferido apenas a estas últimas. O ideal de “ciência pura” era o objetivo primeiro a ser perseguido na época e, frequentemente, a Física era utilizada como referência para um futuro próximo a ser almejado pela Ciência Política, sob o argumento de que apenas dessa forma a intervenção social seria possível (FARR, 1995).

Dessa maneira, conforme observa Sibley (1962), a revolução comportamental constituiu-se em um movimento acadêmico concreto. Nesse período, um grande número de universidades fez uso dos preceitos do Comportamentalismo na formulação de suas grades curriculares. Michigan foi uma dentre as instituições universitárias<sup>19</sup> responsáveis por propagar a cultura científica desencadeada pela Escola de Chicago. A *American Political Science Association* assegurou que, através da manifestação de seus presidentes e de seus meios de reprodução do conhecimento, os encontros e a revista, o *paradigma* expandisse cada vez mais a sua influência e a mantivesse durante algum tempo (ALMOND, 1998).<sup>20</sup>

Finalmente, a contextualização apresentada neste capítulo, possibilita que os dois *paradigmas* apresentados, sejam resumidamente caracterizados por meio de quatro características fundamentais, de acordo com o quadro a seguir.

<sup>19</sup> Outras instituições de formação que merecem destaque no contexto pós-guerra são Yale, Harvard, Wisconsin, Minnesota, Stanford, Princeton, Johns Hopkins, MIT, etc (ALMOND, 1998).

<sup>20</sup> Todavia, a hegemonia do Comportamentalismo não garantiu uma exclusividade total nas orientações seguidas pelas pesquisas. Houve destacadas análises institucionais nos moldes tradicionais no momento de predominância da abordagem comportamental, a exemplo dos estudos consagrados de Duverger, Bendix, Lipset e Rokkan (ROTHSTEIN, 1996).

**Quadro 1. Síntese das Características dos Paradigmas da Ciência Política**

	<b>ANTIGO INSTITUCIONALISMO</b>	<b>COMPORTAMENTALISMO</b>
<b>PERÍODO DE HEGEMONIA</b>	Final de séc. XIX – Década de 1920	Décadas de 1950-1960
<b>CARACTERÍSTICAS DO PARADIGMA</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Instituições como foco explicativo de fenômenos políticos</li> <li>2. Abordagem histórica e jurídica;</li> <li>3. Descrição de estruturas e regras institucionais;</li> <li>4. Modelos prescritivos, sob uma ótica normativa, do que seria um bom governo</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Comportamento como foco explicativo de fenômenos políticos;</li> <li>2. Abordagem multidisciplinar;</li> <li>3. Pesquisas empíricas com fins à quantificação;</li> <li>4. Ideal de ciência pautado por objetividade, rigor e neutralidade.</li> </ol>
<b>AUTORES-CHAVE</b>	Frank Goodnow, Woodrow Wilson, William Willoughby	Charles Merriam, David Truman, Harold Lasswell, Gabriel Almond, David Easton, Herbert Simon, Hans Eulau

Fonte: Elaboração própria

#### 4 ASSOCIAÇÃO NORTE-AMERICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA

A *American Political Science Association (APSA)*, instituição que mantém sua inquestionável influência disciplinar até os dias de hoje, é um espaço onde decisões fundamentais a respeito da Ciência Política foram tomadas ao longo de sua existência. Inicialmente, o propósito da criação de uma nova associação científica, no início do século XX, visou ao atendimento da demanda crescente por estudos voltados a princípios e formas do governo nacional e ao papel de liderança científica em assuntos públicos. A partir disso, a ideia primeira, no ano de 1902, foi a criação de uma “Sociedade Americana de Legislação Comparada”. Todavia, logo no ano seguinte, realizou-se uma segunda reunião, na qual se chegou ao consenso de que a nova associação deveria atender a pretensões mais amplas, assim como era propício o momento nos Estados Unidos para uma reorientação na área de Ciência Política. Desse modo, em 1903, teve origem a *American Political Science Association*, principalmente devido ao empenho de William Willoughby, que chegou a ser um de seus presidentes e foi editor da *APSR* durante seus primeiros dez anos.

A fundação da associação desde o início baseou-se nos ideais de utilidade prática, visibilidade da disciplina e de apresentação de novas orientações a essa área de estudos (ALMOND, 1998; GUNNEL, 2006). Ao definir os parâmetros para as pesquisas da área, a *APSA* criou um ambiente de constrangimentos àqueles pesquisadores indispostos ao consenso teórico e metodológico oficialmente adotado. A associação protagonizou as principais revoluções paradigmáticas da disciplina – a passagem do Antigo Institucionalismo para o Comportamentalismo e a passagem deste para o Neo-institucionalismo –, e pode-se dizer que, com o passar dos anos, pouco alterou a sua postura em termos de estrutura organizacional e objetivos gerais. Sendo assim, segundo a definição divulgada recentemente, pela própria *American Political Science Association*, em seu portal *online*<sup>21</sup>:

*With a range of programs and services for individuals, departments and institutions, APSA brings together political scientists from all fields of inquiry, regions, and occupational endeavors within and outside academe in order to expand awareness and understanding of politics.*

---

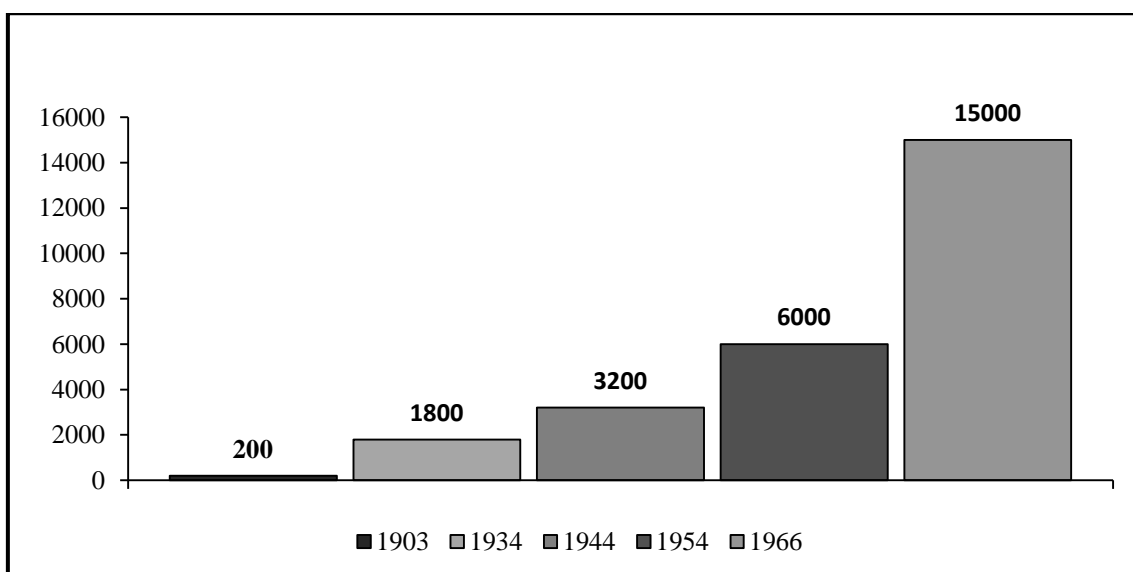
<sup>21</sup> Endereço eletrônico: [www.apsanet.org](http://www.apsanet.org).

#### 4.1 Membros da associação

Sem dúvida, a força institucional da *APSA* é a sua característica mais marcante. Atualmente, a *APSA* é a maior organização disciplinar de sua área, contando com mais de 15000 membros, residentes em mais de 100 países em todo o mundo. Sendo assim, um grande número de pesquisadores vinculados à organização são referências-chave na disciplina, seja de um modo geral ou em suas áreas de especialização. Entre seus membros há professores, pesquisadores e agentes políticos; todos atuam em várias áreas do conhecimento.

A primeira lista oficial de membros da *APSA* contava com 200 assinaturas. A partir de então, este número passou a crescer significativamente em pequenos espaços de tempo, de modo que, na década de 1960, Almond (1996) chegou a afirmar que aproximadamente nove em cada dez cientistas políticos em seu tempo eram norte-americanos, e que, apesar da existência de associações disciplinares em outros países, estas reuniram apenas algumas centenas de membros. O gráfico a seguir mostra essa evolução no número de filiados à organização. Como se pode perceber, nos trinta primeiros anos da *APSA*, houve um salto bastante expressivo na quantidade de membros. Depois, em dez anos apenas, de 1943 a 1944, a quantidade de filiados praticamente dobrou. Movimento semelhante ocorreu nos dez anos seguintes, de 1954 a 1954. Outro salto expressivo veio no período seguinte, levando a *APSA* a ter cerca de quinze mil membros já em 1966.

**Gráfico 1. Evolução do Número de Membros da APSA, 1903-1966**



Fonte: Almond (1996). Elaboração própria.

Essa notável progressão no número de filiados revela dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, o crescimento no número de cientistas políticos profissionais e de outros profissionais acadêmicos com interesse no tema a ponto de se filiar à *APSA*. Atrelado a isso, obviamente, temos o crescimento no número de programas de pós-graduação, de graduações e, portanto, de alunos a serem submetidos à formação científica nessa área. Em segundo lugar, esse crescimento mostra a legitimação da profissão e da própria Associação Americana de Ciência Política como organização nuclear da atividade. Nesse caso, temos uma evidência do poder da *APSA* no que se refere ao controle profissional e ao estabelecimento das diretrizes metodológicas e temáticas a serem seguidas e, enfim, do ideal de ciência a ser adotado pela comunidade. O que esses dados mostram, portanto, é a estruturação da comunidade em torno de um centro produtor de valores científicos e que funcionará como uma agência de socialização científica e de punição aos desviantes, desde as mais brandas até as mais severas, como a rejeição de certos artigos para publicação em sua revista.

#### **4.2 Estrutura Institucional**

A estrutura institucional da *American Political Science Association* não sofreu alterações significativas em seu desenvolvimento, apesar de ter aumentado suas exigências no que se refere à participação em suas atividades – como critérios para a participação em reuniões periódicas, em grupos de trabalho e para a divulgação de suas produções. Desde o início, foi estabelecida uma Constituição<sup>22</sup>, com o intuito de estruturar e organizar a instituição. A partir disto, vários estatutos estabeleceram, de modo mais detalhado, os deveres de comissões permanentes e setores organizados de pesquisa, a exemplo de comitês temáticos.

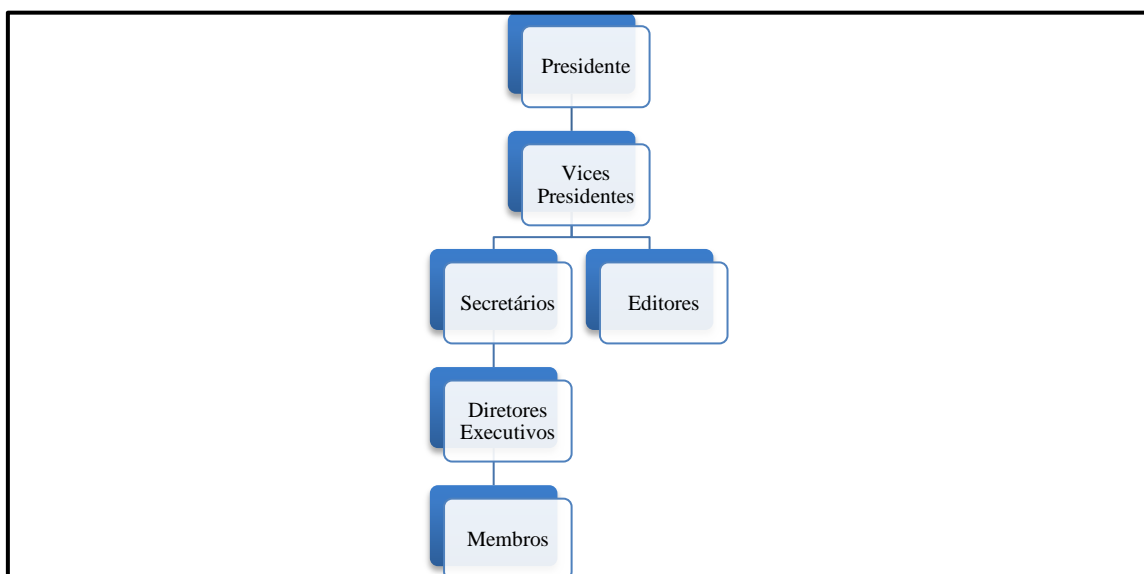
Em termos da divisão dos trabalhos e cargos de maior responsabilidade e influência, a estrutura básica da associação é constituída pela diretoria, pelos conselhos e membros. Desde a formação da instituição, estabeleceram-se os cargos de presidente, vice-presidentes, secretários, editores e diretores executivos. Vale ressaltar que os cargos de membros do conselho e presidente da associação são eletivos, mediante escolha secreta por todos os membros da *APSA*. Na figura 1, abaixo, tais cargos estão dispostos numa estrutura de organograma.

---

<sup>22</sup> A Constituição, publicada na *American Political Science Review*, ressalta o nome da associação, seu objeto de estudos, membros, espaços de publicação e possibilidade de emendas às definições pré-estabelecidas.

Outros mecanismos institucionais foram sendo incorporados na medida em que se tornaram necessários. Podem ser mencionados: regulamentos específicos sobre os processos eleitorais realizados pela associação<sup>23</sup>; política denunciante, por meio da qual há uma fiscalização de dirigentes e funcionários, assim como a abertura de um espaço para o questionamento acerca do devido uso dos recursos e bens da associação; e resolução de conflitos de interesses por meio de contato direto com diretores executivos ou com o próprio presidente.

**Figura 1. Organograma Básico da Estrutura de Cargos na APSA**



Fonte: Elaboração própria.

### 4.3 Espaços para produção e divulgação de conhecimento

Com relação aos meios de produção e, principalmente, de reprodução do conhecimento sobre a disciplina, é possível dizer que a APSA domina dois espaços determinantes: seus periódicos acadêmicos e seus encontros anuais, organizados na forma de seções. Estes têm papel fundamental devido a duas razões, quais sejam, proporcionar canais de comunicação aos membros da comunidade – divulgando decisões e mudanças estruturais da instituição, calendário de atividades e mensagens oficiais proferidas por membros da associação – e sinalizar os valores que devem orientar a prática científica.

<sup>23</sup> Os candidatos à presidência da associação devem contar com o consentimento de membros para validar sua participação na eleição e apresentar um termo de consentimento. O primeiro presidente eleito, em 1904, foi Frank Goodnow – cargo atualmente ocupado por John Aldrich.

No que se refere às publicações, a *APSA* possui três revistas oficiais, a *American Political Science Review (APSR)*, a *Politics and Science (PS)* e a *Perspectives on Politics (POP)*. Cada uma delas tem perfil editorial diferenciado, o que significa que podem vir a representar posturas distintas frente aos ideais de ciência adotados. Todavia, apenas a *APSR* protagonizou a formação da associação, uma vez que as demais, *PS* e *POP*, foram criadas em 1968 e 2003, respectivamente. A *APSR* circula há várias décadas e já há alguns anos pode ser considerada a revista de maior influência no campo da Ciência Política norte-americana e internacional. Desse modo, a despeito de outros materiais produzidos pela *APSA*, que formam um conjunto vasto e diverso, – incluindo, até mesmo, materiais didáticos para ensino e pesquisa na área –, a *APSR* é o principal espaço de manifestação dos ideais científicos da comunidade, pois nela somente são publicados artigos que contemplam os valores metodológicos compartilhados pelos avaliadores, geralmente especialistas em suas respectivas áreas. Esse espaço institucional, como já mencionado, garantiu a reputação acadêmica da *APSA* e exerceu a função de uma espécie de “filtro” paradigmático, ao divulgar apenas conhecimentos adequados à concepção de ciência adotada pela *American Political Science Association* e seus membros.

No caso dos encontros anuais, ressalta-se que estes constituem um importante espaço de manifestação de preferências científicas inevitavelmente diversas. Isso porque tais encontros são mais abertos ao debate, à divulgação de conhecimentos, à troca de informações e a acordos sobre os rumos da associação. Nesse sentido, os Grupos de Trabalho da associação são um indicador relevante da disputa entre abordagens e o eventual predomínio de alguma, pois mostra as áreas temáticas que conquistaram e perderam espaço na disciplina ao longo do tempo. Ao contrário da *APSR*, que a literatura especializada considera dogmática, ou seja, fechada às inovações, as reuniões anuais são mais abertas à pluralidade. Inclusive, em seus primeiros anos a *APSA* realizou suas reuniões em conjunto com as associações de História e Economia dos Estados Unidos, permitindo a proximidade com diversos tipos de abordagens.

No espaço das reuniões anuais também são tomadas decisões quanto à criação de grupos de intervenção e atuação política voltados a problemáticas específicas. Estes demonstram que, além de preocupações acadêmicas, a *APSA* manifesta um claro interesse pela administração pública e políticas públicas, assim como pela formação cívica dos cidadãos. Desde a sua criação houve uma defesa ao ideal de que a disciplina deve assumir



responsabilidades no campo da política, com destaque ao ensino da cidadania democrática em assuntos públicos e à participação política individual (SOMIT e TANNENHAUS, 1967).

No âmbito dos meios de produção acadêmica dominados pela APSA, há um elemento central que perpassa e liga os encontros, as publicações e toda a comunidade de membros. Esse elemento é o discurso presidencial, chamado de *Presidential Address*. Esses discursos são fundamentais porque não apenas são um barômetro dos rumos que a comunidade segue, mas também porque, muitas vezes, servem como sinalizadores dos caminhos que deverão ser seguidos pela comunidade, especialmente no período de sua formação, quando não estava claro que ciência deveria ser praticada pela Ciência Política, qual seu objeto, sua metodologia e seus objetivos profissionais.

O primeiro presidente da *American Political Science Association*, Frank Goodnow, inaugurou, em 1904, essa que se tornaria uma tradição – o *Presidential Address*. Desde então, todos os anos, os presidentes da associação que deixam seu cargo se incumbem de apresentar um panorama das orientações de estudos predominantes no campo da Ciência Política e perspectivas futuras. Trata-se de um documento extremamente importante do “estado de espírito” da comunidade, de seus valores, de suas controvérsias, de suas aspirações, de seus ideais. Portanto, a estrutura da *American Political Science Association*, a expressividade do seu número de filiados e a seleção de trabalhos científicos para a publicação, não são as únicas formas de manifestação da instituição em termos de sua hegemonia acadêmica e de seus valores científicos. Os discursos anuais dos presidentes da APSA constituem igualmente, e talvez com maior peso, um material valioso de análise dos ideais de ciência de cada período.

## 5 PRESIDENTIAL ADDRESS: COM A PALAVRA, OS CIENTISTAS POLÍTICOS

### 5.1 Universo Empírico da Pesquisa e Aspectos Metodológicos

Nesta seção, procederei à análise de conteúdo dos discursos dos presidentes da *APSA*, proferidos entre os anos de 1904 e 1970<sup>24</sup>. Ao todo, são 66 pronunciamentos oficiais, referentes a 65 presidentes da associação<sup>25</sup> num período de sete décadas. Os documentos envolvem aproximadamente 1000 páginas, distribuídas em discursos presidenciais que variam entre 7 e 30 páginas. Os discursos presidenciais sempre foram publicados na *APSR* até 2003, quando passou a ser publicado na recém criada *Perspectives on Politics*<sup>26</sup>. O período abordado contempla o momento de criação da associação até a hegemonia do Comportamentalismo. Desse modo, será possível verificar se os elementos do ideal científico desse paradigma realmente já estavam presentes na *APSA* desde seu momento de fundação e na disputa metodológica que caracterizou as primeiras décadas. Portanto, esse material é analisado porque é considerado um relevante indicador da postura da comunidade em relação aos rumos que a Ciência Política deveria adotar e que, eventualmente, acabou adotando.

Para a análise dos discursos presidenciais, recorro à técnica metodológica da “análise de conteúdo”, que geralmente é utilizada para o exame das mensagens emitidas, com vistas ao

---

<sup>24</sup> O período considerado abarca discursos proferidos pelos seguintes presidentes da *American Political Science Association*: Frank Goodnow (1903-1904; 1904-1905), Albert Shaw (1905-1906), Frederick Judson (1906-1907), James Bryce (1907-1908); Lawrence Lowell (1908-1909), Woodrow Wilson (1909-1910), Simeon Baldwin (1910-1911); Albert Bushnell Hart (1911-1912); Westel Willoughby (1912-1913); John Moore (1913-1914); Ernst Freund (1914-1915); Jesse Macy (1915-1916); Munroe Smith (1916-1918); Henry Jones Ford (1918-1919); Paul Reinsch (1919-1920); Leo Rowe (1920-1921); William Dunning (1921-1922); Harry Garfield (1922-1923); James Garner (1923-1924); Charles Merriam (1924-1925); Charles Beard (1925-1926); William Munro (1926-1927); Jesse Reeves (1927-1928); John Fairlie (1928-1929); Benjamin Shambaugh (1929-1930); Edward Corwin (1930-1931); William Willoughby (1931-1932); Isidor Loeb (1932-1933); Walter Shepard (1933-1934); Francis Coker (1934-1935); Arthur Holcombe (1935-1936); Thomas Reed Powell (1936-1937); Clarence Dykstra (1937-1938); Charles Grove Haines (1938-1939); Robert Brooks (1939-1940); Frederic Ogg (1940-1941); William Anderson (1941-1942); Robert Cushman (1942-1943); Leonard White (1943-1944); John Glaus (1944-1945); Walter Dodd (1945-1946); Arthur Macmahon (1946-1947); Henry Spencer (1947-1948); Quincy Wright (1948-1949); James Pollock (1949-1950); Peter Odegard (1950-1951); Luther Gulick (1951-1952); Pendleton Herring (1952-1953); Ralph Bunche (1953-1954); Charles Mckinley (1954-1955); Harold Lasswell (1955-1956); E. E. Schattschneider (1956-1957); V. O. Key Jr. (1957-1958); R. Taylor Cole (1958-1959); Carl Swisher (1959-1960); Emmette Redford (1960-1961); Charles Hyneman (1961-1962); Carl Friedrich (1962-1963); Herman Pritchett (1963-1964); David Truman (1964-1965); Gabriel Almond (1965-1966); Robert Dahl (1966-1967); Merle Fainsod (1967-1968); David Easton (1968-1969) e Karl Deutsch (1969-1970).

<sup>25</sup> Frank Goodnow, primeiro presidente da *APSA*, foi o único a atuar por dois mandatos consecutivos, sendo assim, é autor de dois dos discursos analisados.

<sup>26</sup> O material utilizado na análise pode ser encontrado na internet. O *site* da própria associação <[www.apsanet.org](http://www.apsanet.org)> apresenta uma lista dos seus presidentes e um *link* de redirecionamento para o JSTOR <<http://www.jstor.org/action/showPublication?journalCode=amerpoliscierv>>, onde são encontrados os volumes completos da *American Political Science Review*.

reconhecimento de suas condições de produção e recepção<sup>28</sup> (Bardin, 1977). Essa técnica implica a organização da análise em três pólos cronológicos: pré-análise, exploração do material, e tratamento dos resultados e interpretação. No que diz respeito a pré-análise [revisão da literatura, formulação de hipóteses e escolha e preparação dos dados a serem utilizados na pesquisa], as informações adicionais às já apresentadas nos capítulos anteriores são as que dizem respeito aos presidentes da APSA e seus discursos individuais. A segunda etapa, de exploração do material, permite o uso de distintos instrumentos metodológicos para o tratamento de dados como meios de gerar informações. Este estudo adota uma análise de conteúdo categorial temática<sup>31</sup>, ou seja, realiza operações de desmembramento do texto em unidades. A criação de categorias baseou-se nas características distintivas assumidas nos discursos e na caracterização dos dois *paradigmas*, o Antigo Institucionalismo e o Comportamentalismo. Ao averiguar a presença ou ausência destas nos discursos presidenciais da *American Political Science Association*, finalmente, os dados levantados, são submetidos à interpretação.

A organização e categorização dos textos foi processada pelo *software* Nvivo<sup>32</sup>. Essa ferramenta auxiliou na procura, extração e recuperação de informações, gerando alguns resultados panorâmicos iniciais. Entretanto, a identificação da frequência dos termos e expressões não foi quantitativamente significativa para as mensagens analisadas, principalmente porque os discursos não repetiram diversas vezes os mesmos termos. Sua relevância, contudo, consiste mais na força do argumento e na legitimidade daquele que fez o discurso diante da comunidade. Diante disso, a análise se concentrou em elementos predominantemente qualitativos, com atenção individual a cada discurso. Para processar essa análise, as categorias e seus critérios de operacionalização foram os seguintes:

---

<sup>28</sup>Os procedimentos de análise envolvem técnicas de organização e tratamento do material selecionado, úteis à construção de indicadores tanto quantitativos como qualitativos, e são compartilhados por diversas disciplinas acadêmicas, a exemplo da Linguística, Psicologia e Comunicação Social.

<sup>31</sup> A análise categorial é uma dentre as possibilidades de abordagem da análise de conteúdo. Por definição, a análise categorial “pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, seguindo a frequência de presença (ou ausência) de itens de sentido (...). É o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem” (BARDIN, 1977, p. 37).

<sup>32</sup> NVIVO é um *software* utilizado para a coleta e tratamento de informações de pesquisa. Esse *software*, enquanto um computador, é amplamente utilizado nas ciências humanas, assim como outros programas, como NUD\*IST, ATLAS\*ti e MAXqda.

**Quadro 2. Categorias e Critérios de Análise dos Dados**

CATEGORIAS	DESCRIÇÃO	VARIÁVEIS
QUEM DISCURSA? Presidentes da APSA	Dados sobre o perfil dos presidentes da associação	Perfil do presidente; Instituição acadêmica de formação; Instituição acadêmica de atuação; Área de atuação acadêmica; Atuação política
COMO DISCURSA? Conteúdo dos discursos	Dados sobre a abordagem utilizada nos discursos	Foco do discurso [Tema de interesse geral x Tema de especialização]; Temática do discurso; Abrangência [Política nacional x Política internacional]
POR QUE DISCURSA? Defesa de paradigma	Dados sobre a importância atribuída à APSA, defesa de ideais disciplinares e paradigma	Ideal de Ciência Política [produção de conhecimento científico, interferência política, processo de ensino]; Papel da APSA; Paradigma hegemônico [Institucionalismo x Comportamentalismo]

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados obtidos são descritos e analisados nas três subseções a seguir. A primeira subseção, *Presidentes da APSA*, apresenta um panorama do contexto de produção da mensagem, ou seja, concentra-se na caracterização dos emissores, presidentes da associação, bem como em sua atuação acadêmica e atuação política. A segunda subseção, *Conteúdo dos discursos*, trata da estrutura e tipo de abordagem das mensagens, refletindo também as circunstâncias condicionantes das mesmas. A última subseção, *Defesa de paradigma*, busca responder às principais questões deste estudo, ao abordar os ideais e objetivos assinalados pelos membros da APSA no que diz respeito às atribuições da organização, suas perspectivas disciplinares e o paradigma ideal a ser seguido.

## 5.2 Presidentes da APSA

Antes da análise do conteúdo dos discursos presidenciais, apresento algumas informações que caracterizam o perfil dos presidentes da APSA durante o período estudado. Todos eles eram homens, com idades entre 32 e 77 anos, e predominantemente norte-americanos.<sup>33</sup> Todos eles tinham grande reconhecimento de seus pares e em suas áreas de especialidade, sendo que muitos deles estiveram vinculados à APSA desde seus momentos

<sup>33</sup> Apesar dos presidentes serem em maioria norte-americanos, é considerável a presença de pesquisadores de outros países na presidência da APSA. Os oito presidentes, e seus períodos de mandato, são os seguintes: o inglês James Bryce (1907-1908); o canadense William Bennet Munro (1926-1927); o escocês John Fairlie (1928-1929); o japonês Luther Gulick (1951-1952); o alemão Carl Friedrich (1962-1963); o canadense David Easton (1968-1969); e o checo Karl Deutsch (1969-1970).

iniciais, com artigos já publicados na *American Political Science Review*. Na primeira reunião da APSA, em 1904, da lista dos cerca de 200 membros já se encontram os nomes de 27 cientistas políticos que viriam a se tornar presidentes da organização até o final da década de 1960. Isso mostra uma grande consistência interna na organização, controlada por membros que apresentam longa história de filiação e de atuação na construção institucional.

Com relação à formação intelectual, os presidentes da APSA durante o período analisado, se deu preponderantemente apenas em universidades norte-americanas, conforme o gráfico a seguir. Menos de 25% dos presidentes complementaram sua formação em universidades do exterior. Nenhum deles obteve formação exclusivamente em universidades fora dos Estados Unidos. A trajetória acadêmica de formação mista, ou seja, parte em universidades nacionais e parte em universidades do exterior, privilegiou a complementação dos estudos nas universidades de Berlin e de Paris – 11 dos presidentes da APSA passaram pela primeira e 4 pela segunda<sup>34</sup>. Esses números representam, consecutivamente, 68,7% e 25%, daqueles presidentes inclusos na categoria de formação mista, e reforçam o argumento da influência alemã na base da constituição da Ciência Política nos Estados Unidos.

Quanto às predileções referentes à formação em universidades nacionais, as mais frequentadas foram Columbia (18 presidentes), Harvard (17 presidentes) e Johns Hopkins (10 presidentes)<sup>35</sup>. Nestas instituições, a formação intelectual dos presidentes da APSA se deu em áreas afins à Ciência Política, como História, Direito, Economia, Administração, Filosofia e, nos anos mais recentes, Psicologia e Antropologia. Aproximadamente 40% dos presidentes tiveram sua formação relacionada às disciplinas de História e Direito. Esse é o caso de Albert Bushnell Hart, também presidente da *American Historical Association* em período próximo à ocupação do mesmo cargo na APSA<sup>36</sup>. Devido a isso, seu discurso presidencial abrangeu interesses de ambas as áreas.

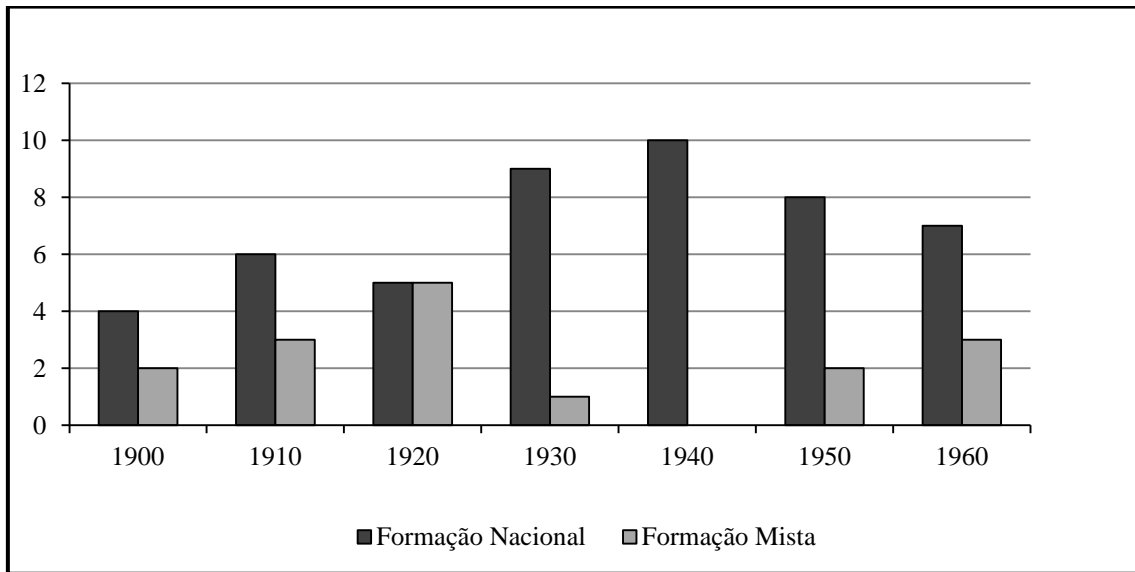
---

<sup>34</sup> Dentre as demais universidades do exterior frequentadas por presidentes da APSA, destacam-se: Universidade de Heidelberg, Universidade de Oxford, Universidade de Manchester, Universidade de Friburgo, Universidade de Halle, Universidade de Edimburgo, Universidade de Toronto e Universidade de Praga.

<sup>35</sup> Dentre as demais universidades nacionais frequentadas por presidentes da APSA, destacam-se: Universidade de Massachusetts, Universidade Yale, Universidade de Iowa, Universidade de Wisconsin, Universidade de Washington, Universidade de Harvard, Universidade de Princeton, Universidade da Virginia, Universidade da Pensilvânia, Universidade de Ohio, Universidade de Michigan, Universidade de Illinois, Universidade de Indiana, Universidade de Minnesota e Universidade do Texas.

<sup>36</sup> Albert Bushnell Hart ocupou a presidência da *American Historical Association* em 1909. Outro presidente a ocupar a presidência desta associação foi William Dunning, em 1913.

**Gráfico 2. Formação dos Presidentes da APSA de Acordo com a Nacionalidade da Instituição, 1900-1960**



Fonte: Elaboração própria.

Há dois pontos que devem ser destacados, com base nesses dados. Em primeiro lugar, havia uma proporção expressiva de presidentes da APSA que obteve formação mista, o que significa que, àquela altura, recebiam parte de sua formação de pós-graduação na Alemanha, onde eram treinados para uma “ciência da política” mais voltada à análise do Estado e suas instituições. Essa formação mista, conforme mostra o gráfico, foi bastante demarcada nas primeiras duas décadas da APSA, chegando a ser equivalente à formação exclusivamente nacional, nos anos 1920. Esses foram anos de predomínio das abordagens tradicionais, do Institucionalismo Antigo, mas também de constantes críticas dos defensores de uma abordagem renovada dos fenômenos políticos.

Este é o segundo ponto a ser destacado, que, a partir dos anos 1930, a formação mista foi se tornando cada vez mais reduzida diante da formação exclusivamente nacional. Os anos 1930 correspondem justamente ao período em que a Escola de Chicago começa a exercer influência determinante na formação dos cientistas políticos e dos currículos dos demais programas de pós-graduação. A formação defendida por Charles Merriam, na Universidade de Chicago, e de outras universidades, era mais voltada às análises empíricas quantitativas do comportamento político, com abordagens estatísticas e multidisciplinares. Tais características, defendidas por essas instituições norte-americanas, correspondiam aos ideais que futuramente seriam chamados de comportamentalistas. Portanto, a redução da formação mista, em especial na Alemanha, e a concentração na formação exclusivamente nacional, corresponde à institucionalização de uma Ciência Política concentrada nos temas e problemas norte-

americanos, de uma parte, e, de outra, à educação cada vez mais Comportamentalista dos futuros cientistas políticos. Esses pesquisadores se tornariam as figuras acadêmicas de maior liderança nos anos 1940 e 1950, espalhados por diversas instituições universitárias do país. Seriam, alguns deles, diretores ou presidentes de fundações de pesquisa e de agências privadas e públicas de financiamento de projetos. Tudo isso, junto com a presidência da APSA, garantiria a essa nova geração uma posição institucional dentro da comunidade determinante para estabelecer o padrão comportamentalista de pesquisa e fazer dessa abordagem o paradigma hegemônico do pós-Segunda-Guerra.

Essa influência fica ainda mais clara quando analisamos as instituições universitárias às quais os presidentes da APSA eram vinculados nesse período. Conforme mostra a tabela abaixo, Harvard, Chicago e Colúmbia lideram a lista. Harvard, inicialmente, tinha uma orientação mais histórica, mas depois do impacto da “Escola de Chicago” nos anos 1920 e 1930, mudou drasticamente seu currículo acadêmico para se aproximar do que viria a ser a abordagem comportamentalista. Columbia seguiu caminho similar, especialmente porque queria avançar para além das abordagens estatísticas imprimidas na instituição por Francis Lieber, quando foi criada a primeira cadeira de Ciência Política no país, em 1880.

**Tabela 1. Universidade de atuação dos presidentes da APSA, 1903-1969**

UNIVERSIDADES	1903-1969	
	nº	%
1. Harvard	9	13,63
2. Chicago	8	12,12
3. Columbia	6	9,09
4. Princeton	3	4,54
5. Yale	3	4,54
6. Wisconsin	3	4,54
7. Johns Hopkins	2	3,03
8. Illinois	2	3,03
9. Michigan	2	3,03
10. Ohio	2	3,03
Outras instituições universitárias	20	30,30
Instituições governamentais	6	9,09
<b>TOTAL</b>	<b>66</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria.

Àquela altura, todas essas instituições se tornaram cada vez mais comportamentalistas, com destaque especial para a Universidade de Chicago. Até 1940, Columbia demonstrou maior representatividade, enquanto Chicago mostrou-se relevante apenas a partir de então,

obtendo 6 dos 40 mandatos presidenciais.<sup>39</sup> Alguns dos presidentes que ocuparam cargos de docência e atuaram como reitores e foram responsáveis pela abertura dos primeiros departamentos de Ciência Política nos Estados Unidos. Por outro lado, um pequeno grupo de presidentes atuava em instituições governamentais<sup>40</sup>.

Não obstante, vários daqueles que tinham carreiras acadêmicas, em algum momento, acabaram se envolvendo também com a política e o governo. Ao todo, 40 presidentes, ou seja, mais de 60%, atuaram em espaços políticos ligados ao governo dos Estados Unidos, tais como diplomacia, consultoria, assessoria, conselhos, etc. A relação com a prática política tem reflexo na construção dos discursos e, mais profundamente, dos próprios ideais disciplinares. Exemplo de figura política de destaque que presidiu a APSA é o já citado Woodrow Wilson, 28º presidente americano, que ocupou o cargo de presidência na Associação em 1909, mesmo ano em que foi eleito governador de Nova Jersey, em cujo cargo tomou posse em 1910.

### 5.3 Conteúdo dos discursos: Perfil Geral

Como alguns dos próprios presidentes da APSA destacaram (BROOKS, 1941; KEY, 1958), os discursos presidenciais podem ser enquadrados em dois perfis: especializado e universal. O primeiro, denominado neste estudo *tema de especialização*, aborda problemas de fundo da disciplina, ou seja, temas específicos retirados de uma área de especialização. O segundo, *tema de interesse geral*, diz respeito a preocupações com questões de interesse comum a todos os estudiosos da Ciência Política, refletindo o estado mais amplo da disciplina, sua natureza, objetivos e finalidades, um padrão inaugurado pelo discurso de Frank Goodnow em 1904<sup>41</sup>. Essa distinção permite a separação dos discursos que lidaram diretamente com o problema analisado neste trabalho, a defesa de um ideal científico para a disciplina, cujos aspectos mais relevantes podem ser caracterizados como comportamentalistas.

---

<sup>39</sup> Como mencionado no primeiro capítulo, argumenta-se que a universidade de Columbia teve papel fundamental no desenvolvimento inicial da disciplina e dos programas de pós-graduação em Ciência Política nos Estados Unidos, principalmente quando associada à figura de John Burgess; enquanto a universidade de Chicago, associada ao nome de Charles Merriam, foi protagonista da primeira grande reorientação disciplinar, o Comportamentalismo (SOMIT e TANENHAUS, 1967).

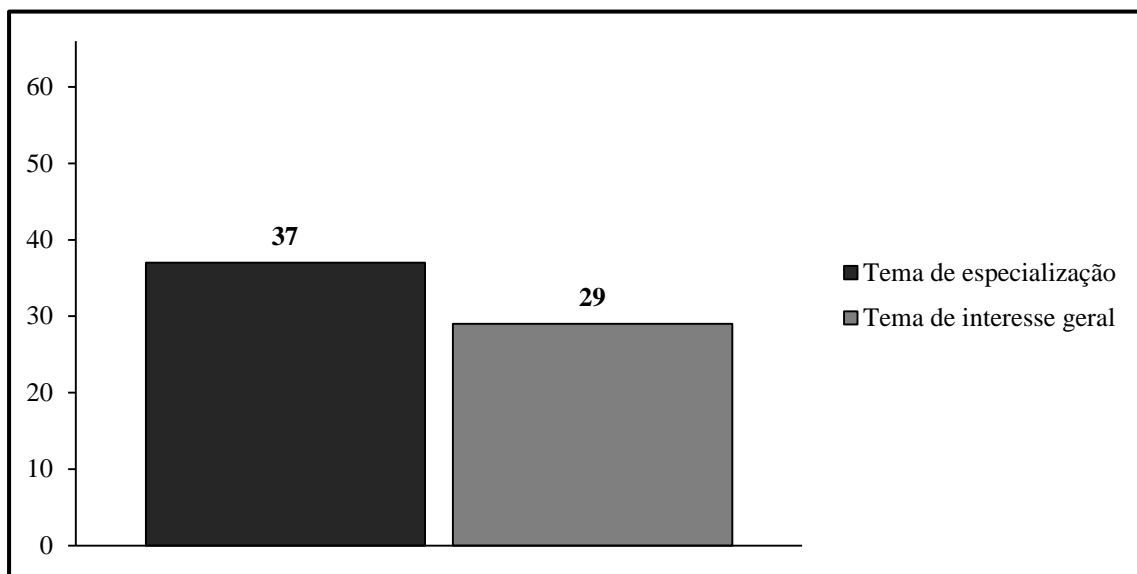
<sup>40</sup> Destacam-se os presidentes James Bryce (Embaixador britânico nos EUA), Paul Reinsch (Ministro na China), Leo Rowe (Diretor-geral da União Pan Americana) e Ralph Bunche (Nações Unidas).

<sup>41</sup> O discurso de Frank Goodnow (1905) é utilizado como referência para um significativo número de discursos posteriores. O estudioso propõe uma declaração quanto aos objetos e finalidades da associação, estabelecendo as razões para a formação da associação.



Os gráficos a seguir apresentam as proporções dos discursos de acordo com essa classificação, assim como o detalhamento dos temas tratados. Percebe-se que a maior parte dos presidentes, 56,06%, voltou-se a análises de caráter mais específico, enquanto os demais recorreram a uma perspectiva mais abrangente. Contudo, a quantidade de discursos de interesse mais abrangente e que, conforme mostra o gráfico 4, lidarão com questões metodológicas, é bastante elevado.

**Gráfico 3. Comparação do Tipo de Tema Abordado nos Discursos da APSA, 1904-1960**



Fonte: Elaboração Própria

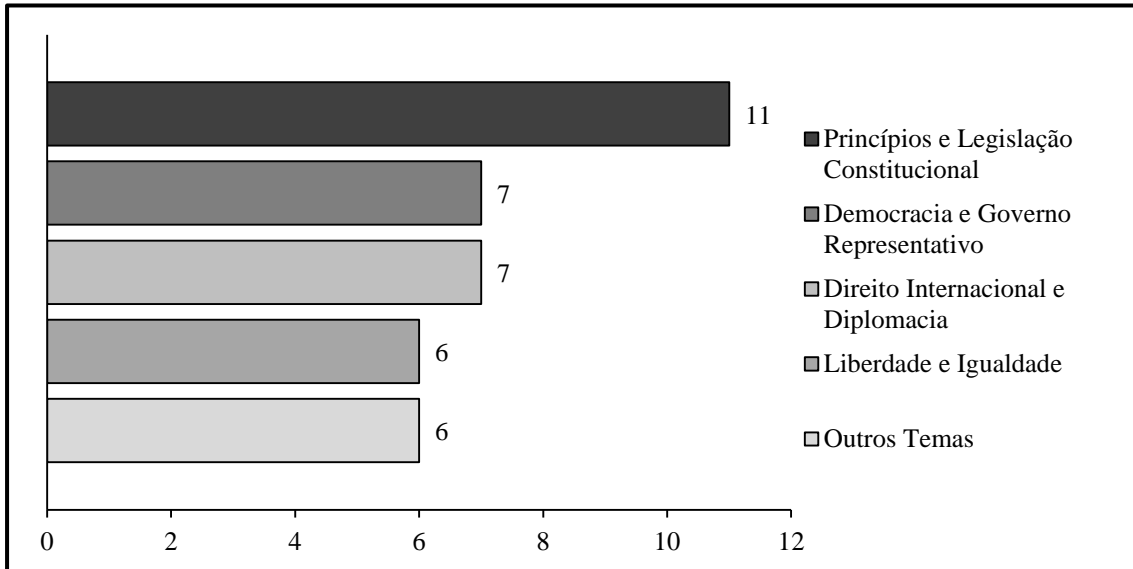
\* Dados Absolutos

No caso do primeiro grupo de discursos [gráfico 3], apresentaram-se como recorrentes os seguintes temas: *Princípios e legislação constitucional, Democracia e governo representativo, Direito internacional e diplomacia, Liberdade e igualdade, e Outros*. A primeira temática obteve clara predominância, todavia, a partir da própria denominação dos temas, é possível perceber um eixo comum entre eles, qual seja, a preocupação com princípios do sistema político norte-americano, que, nesse caso, é inequivocamente influenciada pelo debate iniciado pelos “Pais Fundadores” da República representativa do país.

Quanto aos discursos voltados a análises de caráter mais geral, que envolvem discussões de caráter epistemológico diretamente relacionadas com o tema desta pesquisa, destacam-se os seguintes temas: *Direções para a Ciência Política, Desenvolvimento da APSA, Metodologia e Outros*. A primeira categoria evidentemente é predominante, e parece se constituir enquanto uma “categoria guarda-chuva”, na medida em que se apresenta como

genérica. Todavia, esses discursos receberão maior atenção nas análises seguintes, devido aos seus conteúdos complexos e divergentes, que suscitam novas variáveis para além da temática.

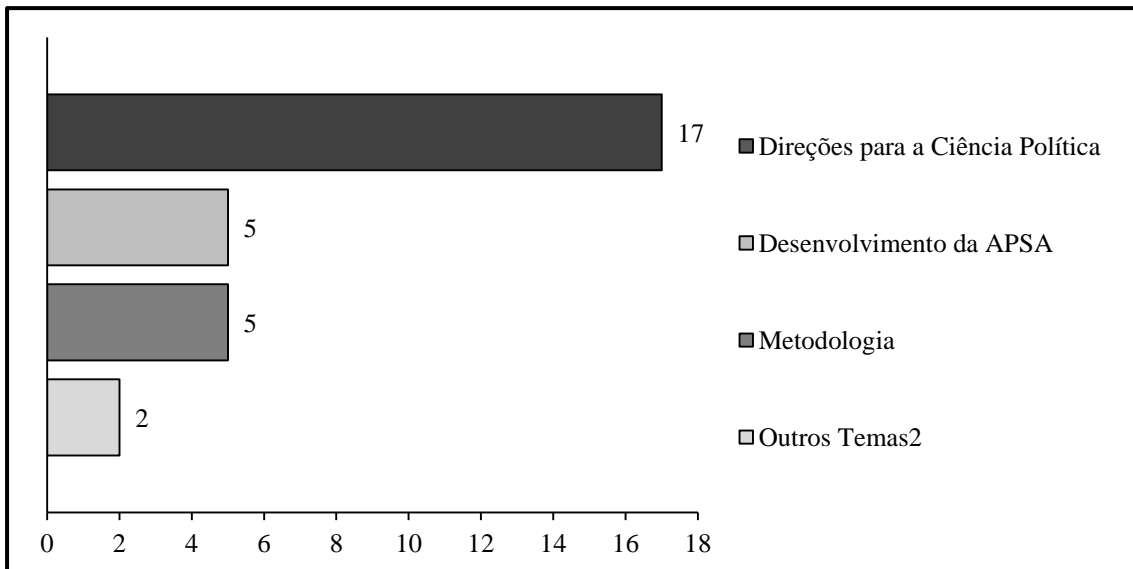
**Gráfico 4. Temáticas dos discursos da APSA de Acordo com a Área de Especialização, 1904-1960**



Fonte: Elaboração própria.

\* Dados Absolutos

**Gráfico 5. Temáticas dos discursos da APSA de acordo com o Interesse Geral, 1904-1960**



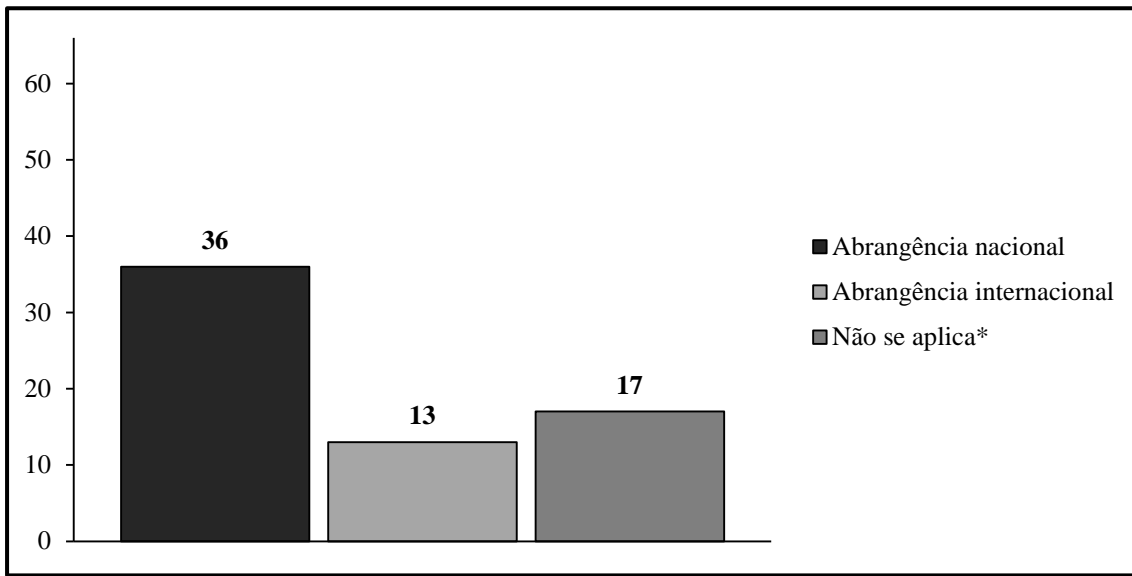
Fonte: Elaboração Própria

\* Dados Absolutos

Uma reclassificação desses discursos, levando-se em consideração seu escopo, se voltado apenas ao ambiente nacional ou se preocupado com o contexto internacional, mostra

uma tendência pouco cosmopolita da APSA nesses anos. Tanto os discursos focados nos temas de *interesse geral* como os de *interesse específico* restringem o debate a problemas políticos da sociedade norte-americana, sem grande diálogo com a produção de conhecimento de outros países. O gráfico abaixo quantifica essa classificação.

**Gráfico 6. Classificação dos Discursos da APSA por Abrangência do Discurso, 1904-1960**



Fonte: Elaboração própria.

\* Os discursos inclusos nesta categoria são aqueles que os presidentes focam em análises teóricas ou discussões metodológicas da disciplina, de modo generalista.

\* Dados Absolutos

Percebe-se que mesmo se somados os discursos enquadrados nas categorias *não se aplica* e *abrangência internacional* estes não ultrapassam as abordagens voltadas à realidade específica dos Estados Unidos, que representam 54,5% do total de discursos. A característica paroquialista estadunidense é apontada pela literatura e também reconhecida pelos próprios presidentes da APSA. Existem, entretanto, divergências quanto ao real significado desses dados. Emmette Redford (1961), por exemplo, afirma que o paroquialismo foi uma tendência marcante no início do século XX e que se deveu às influências culturais da época, isolamento físico e da linguagem, assim como a heranças da cultura americana, somadas à tradição de educar pessoas para a cidadania e à preocupação em melhorar o sistema político do país. Ou seja, quando percebido de forma positiva, o paroquialismo é associado a uma atitude de engajamento político, visando a influenciar agentes do governo (SHAW, 1907) e “vigiar” o sistema (BALDWIN, 1912). Para outros, esse desenvolvimento revela certa miopia e artificialidade (ODEGARD, 1951), ou então a uma certa aspiração à autossuficiência (OGG,

1942; HERRING, 1953). Para Lasswell (1956), esse quase “autismo” deveria ser abandonado, em favor de uma posição mais aberta ao contexto internacional, de forma que os espaços da *APSA* deveriam eliminar o etnocentrismo norte-americano, cultivado tanto por leigos como por acadêmicos. Para ele, o paroquialismo representaria, mais do que o estreitamento da análise, um caminho errôneo se considerada a inevitável interdependência da comunidade global.

A segunda tendência identificada é a reação dos presidentes da *APSA* frente ao contexto político de suas épocas. A disciplina deparou-se com o dilema de se render às circunstâncias imediatas emergentes de um contexto de guerra, crises e conflitos políticos – apresentando-se como uma ciência aplicada – ou se concentrar no desenvolvimento de suas ferramentas analíticas, visando a um terreno sólido, antes de fornecer quaisquer respostas mais “conclusivas” à sociedade (EASTON, 1969). Todavia, se a relação com a prática política foi responsabilidade assumida de forma quase unânime pelos profissionais da *APSA*, o estabelecimento de prioridades frente a situações políticas extremas gerou divergências. Por um lado, sugeriu-se cautela nas conclusões políticas (FREUND, 1916); por outro, seguiu-se a lógica do discurso de Brooks (1941), de que a Ciência Política deveria se envolver sem reservas com a política e os problemas de governo mesmo que falha<sup>44</sup>. De qualquer forma, invariavelmente os presidentes da *APSA* destacaram a importância de cada momento político no direcionamento da disciplina<sup>45</sup>, apresentando reconstruções do contexto histórico frente ao desenvolvimento da Ciência Política (TRUMAN, 1965; REDFORD, 1961), caracterizando momentos de “reavaliação disciplinar” (FAIRLIE, 1930) e justificando a constituição de novas orientações disciplinares, a exemplo do Comportamentalismo (COLE, 1959).

Assim, as direções da Ciência Política norte-americana, a reflexão sobre a essência de seu governo, a preocupação com a estabilidade interna e, principalmente, a preservação de valores, não representam um afastamento do contexto político da época, mas sim uma resposta a ele. A seguir, são apresentados alguns trechos dos discursos que são representativos dessas posições.

---

<sup>44</sup> A manifestação dos presidentes neste sentido foi bastante recorrente. Destaca-se o incentivo a políticas de guerra ou paz (BEARD, 1927; WRIGHT, 1950; SMITH, 1918; BROOKS, 1941; OGG, 1942; SPENCER, 1949; FAINSOD, 1968).

<sup>45</sup> Um exemplo a ser mencionado é o efeito da bomba atômica na prática científica de um modo geral, que suscitou reflexões sobre o descompasso entre os avanços tecnológicos e as reflexões humanas, assim como reforçou o argumento da necessária cooperação entre as diferentes áreas de conhecimento (BUNCHE, 1954; GLAUS, 1946).

## Trechos de discursos presidenciais

*When the turn of fate brings to a man the honor of speaking on this occasion, He is likely to review the remarks of his predecessors. Their practice, I find, has been, in the main, to address themselves to one or the other of two kinds of themes. They discourse either upon a substantive problem within their own specialty or upon a matter of common concern to us as members of the same profession. As our interests have become more diverse, the second alternative seems to have been followed with greater frequency (KEY, 1958)*

*Nowhere upon earth is there so great a reservoir of individual energy, of individual skill. Instead of one Führer, we have surrounded by a small coterie of "big shots", we have scores of thousands of leaders, great and small, in every line of human adventure. Nowhere upon earth is there so great a reservoir of good will, of belief in progress, of hope for the future. With all its defects, America possesses both the energy and the idealism which may bring forth a life worthy of free men, upon which may be erected a truly great civilization (BROOKS, 1941)*

*In the twentieth century our political science became increasingly culture-bound, American-focused and problem-oriented. Many causes contributed to these developments. There was the natural concern for things contiguous to us and affecting our own lives; there was physical and language isolation; and there was the wondrous American heritage and the thrill of its unfolding. In addition, there were two practical influences. First, it has been a responsibility of political scientists to educate people for the tasks of citizenship. (...) The other influence was concern with improvement of political arrangements. American political science has been policy-oriented in the broadest sense. Its practitioners have been interested in research and counsel on the problems of political organization and process and of substantive policy (REDFORD, 1961)*

*(...) it would seem that the presidential addresses of the American Political Science Association have reflected the prevailing mood of the American people – a mood dominated by domestic rather than world affairs. It is, of course, possible to see in this history the evidence of intellectual myopia. How, one might ask, could these men (there were no women among them), all careful students of government, be so blind to the promethean forces that have changed the face of our world during the lifetime of the Association over which they have presided? It would be as presumptuous as it is unnecessary for me to answer for my predecessors. Their preoccupation with domestic affairs was in any case more apparent than real. For they knew (at least some of them did) what many have yet to learn – that the distinction between domestic and foreign affairs is, and always has been, an artificial one (ODEGARD, 1951)*

*Even in the face of the social crises of our time, do we really need to subordinate the long-run objectives of the scientific enterprise to the undeniably urgent problems of the day? Is there any other way in which we can cope with this transparent need for practical relevance? And if so, can we hope to retain for political science those conditions of theoretical*

*autonomy precision, and relative insulation so vital if we are to continue to be able to add to our capital stock of basic understanding? (EASTON, 1969)*

*We find ourselves living in a time of intensive activity in political fields (...). The political scientist must lose no chance to influence the statesman on the one hand, and to supply intellectual pabulum to the people on the other hand (LASSWELL, 1956)*

#### **5.4 Defesa de Paradigma**

A construção dos discursos revela a percepção compartilhada dos presidentes de que a APSA é a maior protagonista da história do desenvolvimento da Ciência Política. A associação é caracterizada como especializada e não partidária (SHAW, 1907; HERRING, 1953); e, por isto, responsável pela profissionalização e crescente reconhecimento da área (MERRIAM, 1926; WRIGHT, 1950; ALMOND, 1966). Mais de 40% dos discursos apresentaram referências diretas à importância da APSA. De acordo com os mesmos, o mérito pode ser averiguado, pelo número e excelência dos profissionais da área nos Estados Unidos, que encontram nos espaços de manifestação da associação um ambiente propício à produção de conhecimento.

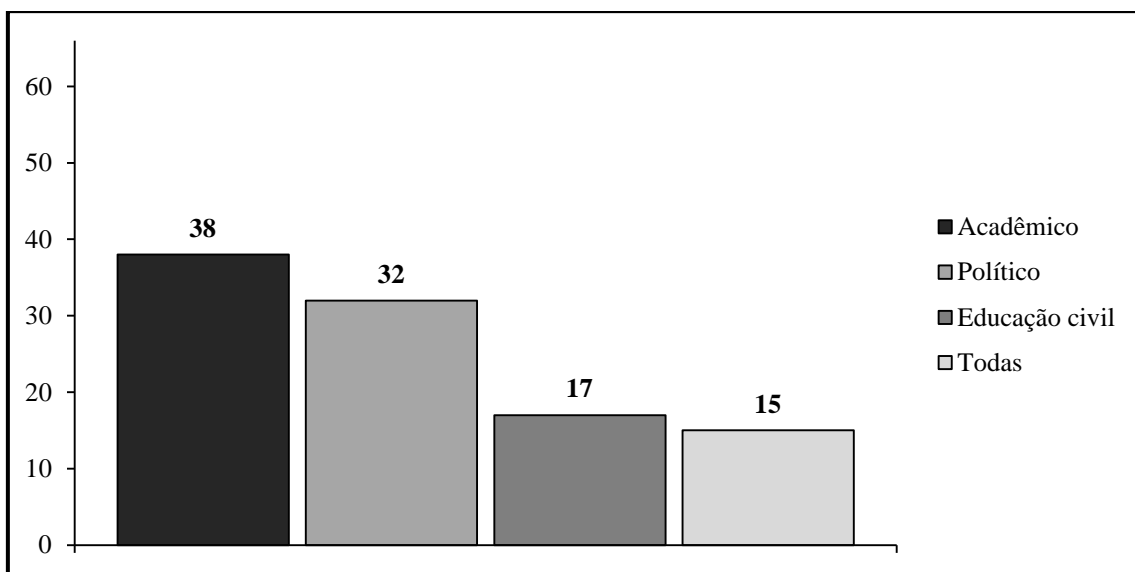
Para além dos periódicos e reuniões anuais, Ralph Bunche (1954) argumenta que os próprios discursos fornecem uma imagem gráfica da evolução da Ciência Política nos Estados Unidos, sua função e métodos de pesquisa. O resgate da trajetória da associação é recorrente, de modo que se encontram registrados o crescimento dos membros da APSA, o surgimento de novas instituições de ensino e a evolução de suas principais áreas de pesquisa. Estrutura-se um diálogo interno em que presidentes mencionam e utilizam como referência discursos anteriores em pelo menos três sentidos: reforçar argumentos, evidenciar oposição ou demonstrar continuidade de trajetória.

Destaca-se, entretanto, que a grande maioria dos presidentes entende a evolução da disciplina nos Estados Unidos no terceiro sentido mencionado, ou seja, de forma progressiva. O aprimoramento ou ajuste às novas demandas da sociedade explicaria a mudança nas orientações disciplinares antes do que a imposição de um novo grupo hegemônico na comunidade. Dessa forma, há um reconhecimento de que os cientistas, independentemente da orientação teórica, empenham-se em atingir objetivos disciplinares; objetivos estes eleitos pelos mesmos. O gráfico 6, a seguir, traz dados a respeito dos principais objetivos defendidos para a disciplina nos discursos presidenciais. Para a contabilização foram considerados todos os discursos, atentando-se ao fato de que as categorias não são excludentes, mas cumulativas,

devido à possibilidade de identificação de mais de uma atividade como fundamental na prática disciplinar.

São três os objetivos mais mencionados que, segundo os presidentes da APSA, devem ser considerados pelos profissionais da área de Ciência Política: 1. *acadêmico* (por meio da produção de conhecimento científico); 2. *político* (interferência ou atuação junto a órgãos governamentais); e 3. *educação civil* (por meio da disseminação do conhecimento com vistas a informar e promover diálogo). Além da clara predominância de referência aos objetivos *acadêmico* e *político*, o gráfico traz ainda como dado relevante o número de discursos que apresentam as três categorias de modo conjunto e relacionado. Para 22,72% dos presidentes, os planos de ação da disciplina devem ser orientados sob essa tripla perspectiva, restando apenas um desacordo em relação a qual delas é prioritária. A primeira categoria faz referência ao acúmulo de conhecimento científico<sup>46</sup>, seja em termos de produção de teoria ou banco de dados. Também são consideradas preocupações com ferramentas metodológicas e aperfeiçoamento da linguagem científica (LOWELL, 1910; LOEB, 1934; MERRIAM, 1926).

**Gráfico 7. Objetivos Defendidos para a Ciência Política nos Discursos Presidenciais, 1904-1960**



Fonte: Elaboração própria.

\* Dados Absolutos

<sup>46</sup> Pode parecer evidente que o desenvolvimento da Ciência Política como uma disciplina acadêmica tenha sido defendido por todos os presidentes, pelo fato de estes participarem de uma associação acadêmica e discursarem em nome da mesma. A postura de Woodrow Wilson (1911), no entanto, surpreende. O autor admite ser contrário à ideia uma ciência da política ao afirmar que as relações humanas, em qualquer sentido, não são um assunto próprio da ciência. Desta forma, o objetivo da associação não poderia ser outro que não o da reflexão e atuação política, por parte de estadistas de pensamento e estadistas de ação.

Com relação à atuação política como objetivo para a disciplina, parte dos presidentes que defenderam essa posição destaca a formulação de relatórios ou prescrições de caráter científico a serem entregues para autoridades (SHAW, 1907; SCHATTSCHEIDER, 1957), enquanto outros defenderam a atuação direta em cargos do governo, por meio de assessoria ou mesmo como agentes governamentais (REEVES, 1929; KEY, 1958; WILSON, 1911). Cabe ressaltar que mesmo presidentes adeptos dessa posição consideraram a importância de limites na relação entre a Ciência Política e a prática de governo. Emmete Redford (1961) foi um deles, alertando para o perigo de uma ciência utilitarista, voltada apenas a problemas e interesses específicos do Estado. Por fim, a categoria *educação civil* é a de menor expressão. Entretanto, nem por isso defendida com menor ênfase por parte de 17 dos presidentes da APSA. Argumentou-se, nesse caso, que essa é, provavelmente, a principal utilidade da disciplina, ou seja, a distribuição de conhecimento do perito ao leigo (GAUS, 1946; DYKSTRA, 1939).

Pontuados os principais objetivos para a disciplina, a análise volta-se agora para o tipo de *paradigma* defendido nos discursos presidenciais, segundo as teorias e métodos preconizados. Os *paradigmas* do período estudado eram o Antigo Institucionalismo e Comportamentalismo, conforme apresentados anteriormente, no quadro 1<sup>48</sup>. Para quantificar esses dados, após a análise de cada discurso, foram identificadas e somadas as características defendidas pelos presidentes individualmente. Então, obteve-se a média simples das categorias presentes, por década<sup>49</sup>.

O gráfico abaixo apresenta esses dados. Sua evolução mostra claramente que o Antigo Institucionalismo predominou nos discursos presidenciais, como reflexo de sua hegemonia na disciplina, até os anos 1920. A partir da década de então, o Comportamentalismo assumiu posição de liderança. É verdade que, nos anos 1950, sua liderança atingiria o pico da sequência histórica, correspondendo ao período de hegemonia do paradigma comportamentalista, conforme destacado pela literatura; porém, já desde meados dos anos

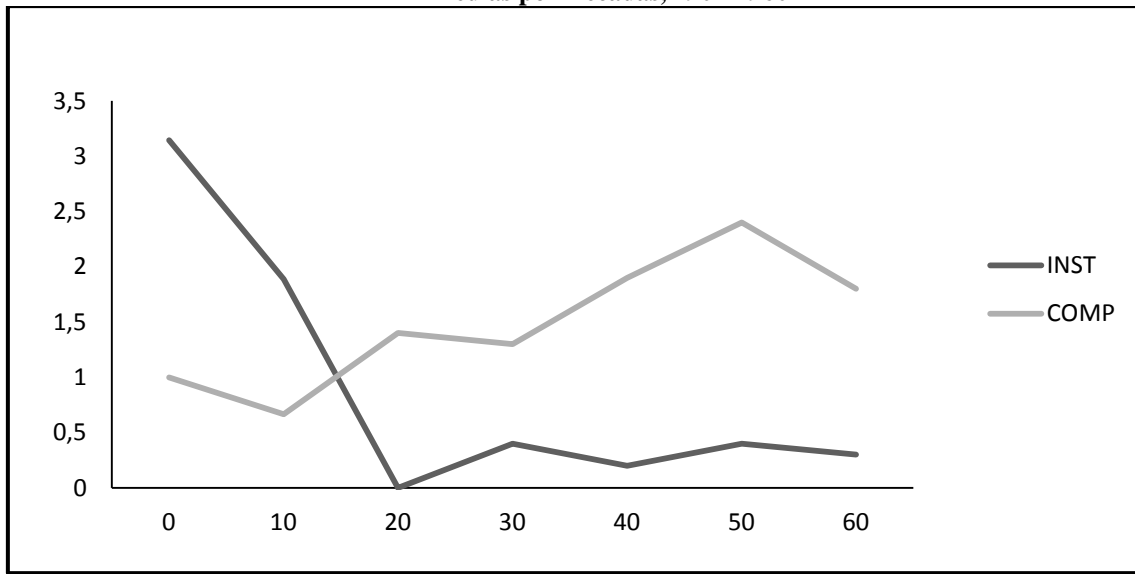
<sup>48</sup> Retomando as informações do quadro 1 deste estudo (p. 26) os paradigmas da Ciência Política podem ser caracterizados da seguinte forma: Antigo Institucionalismo [1. instituições como foco explicativo de fenômenos políticos, 2. abordagem histórica e jurídica, 3. descrição de estruturas e regras institucionais, e 4. modelos prescritivos, sob uma ótica normativa, do que seria um bom governo] e Comportamentalismo [1. Comportamento como foco explicativo de fenômenos políticos, 2. abordagem multidisciplinar, 3. pesquisas empíricas com fins à quantificação e 4. ideal de ciência pautado por objetividade, rigor e neutralidade].

<sup>49</sup> Tendo em vista que cada paradigma é reconhecido como constituído de quatro categorias-chave, a média de sua frequência por década aponta que quanto mais próxima da pontuação quatro os discursos são fiéis ao núcleo duro do paradigma, e quanto mais próximos de zero, menor a manifestação de qualquer apoio ao mesmo. A partir disto, calculou-se a média de cada década para representar graficamente a evolução de cada paradigma no período estudado. Evidentemente, há limitações quanto ao uso deste recurso, porém esta é uma aproximação exploratória que serve ao propósito de mostrar como se desenrolou a revolução científica que culminou na ascensão do Comportamentalismo como paradigma hegemônico.



1920 seus ideais científicos predominaram nos discursos presidenciais da *APSA*, o que dá suporte ao argumento de que a “revolução comportamentalista” começou bem antes dos anos 1950 e que foi se estabelecendo gradativamente ao longo de algumas décadas antes de sua plena consolidação depois da Segunda Guerra.

**Gráfico 8. Histórico da Defesa de Paradigmas nos Discursos Presidenciais da *APSA*, Médias por Décadas, 1904-1960**



Fonte: Elaboração própria.

\* As informações utilizadas para a elaboração deste gráfico podem ser melhor observadas no Anexo 1. O quadro apresenta informações mais completas sobre os discursos: período de mandato, presidente, universidade de atuação, título do discurso e a defesa de paradigma, por meio de seus principais elementos constitutivos.

\*\* Dados absolutos.

Na primeira década, os sete primeiros discursos não deixam dúvidas sobre a predominância da abordagem institucional. Os dois discursos de Frank Goodnow (1904; 1905) podem ser considerados a representação “ideal” do Antigo Institucionalismo, pois ambos apresentam os seus quatro elementos característicos – o primeiro de forma direta, e, o segundo, utilizando seus preceitos para uma análise de caráter específico. Ainda assim, já é possível perceber fragmentos de novas perspectivas sobre a disciplina, a exemplo da defesa da pesquisa empírica e do ideal de ciência neutra e objetiva. A necessidade de um “espírito científico”, o qual exige “paixões disciplinadas”, já é apontada como fundamental para que homens públicos deem ouvidos aos achados dos estudiosos da política (SHAW, 1907; BRYCE, 1909; LOWELL, 1910).

Na década seguinte, anos 1910, o panorama se mantém, porém, como é possível ver no gráfico, há um distanciamento crescente do “modelo ideal”. Identifica-se o início de um debate crítico a respeito da proximidade da disciplina principalmente em relação à História,

debate este centrado no questionamento das insuficientes contribuições desse método para o entendimento de “fatos” políticos e na premência do desenvolvimento da pesquisa empírica (FORD, 1920; FREUND, 1916). Na década de 1920, questionavam-se as raízes disciplinares como um todo. Se até ali o debate já assumia uma perspectiva diferente do que a literatura sugere, a partir de então uma reorientação da disciplina já passa a ser uma tônica evidente.

Nos anos 1920, nenhum discurso defendeu o Antigo Institucionalismo, que voltou a ser defendido, embora muito reduzidamente, nas décadas seguintes. A negação de análises históricas, formais e prescritivas, com afinidade intensa com o direito, traz uma perspectiva de abertura de diálogo, já sinalizando um ideal de interdisciplinaridade. Assim, esse período aparece como um marco de mudança, pelas seguintes razões: 1. o questionamento de Beard (1927) sobre o conservadorismo da academia como uma barreira para novas pesquisas, com o uso de novos métodos e a mensuração de fenômenos; 2. o discurso presidencial de Charles Merriam, em 1926, como aquele que melhor representa o conjunto de características do Comportamentalismo.

A década de 1930 continua marcada pelo intenso questionamento das abordagens tradicionais. O diferencial, entretanto, é o reconhecimento do novo *paradigma*, o Comportamentalismo. Assume-se a perspectiva de mudança com certa ressalva, considerando os benefícios, mas também os males das novas tendências (LOEB, 1934). Corwin (1932), por exemplo, ressalta a importância de não deixarmos que a técnica se sobreponha aos problemas reais da disciplina, tendo em vista o seu alcance ainda curto de oferecer respostas (CORWIN, 1932). Já na década de 1940, ao contrário das anteriores, o foco do debate diz respeito à variável explicativa dos fenômenos – comportamento *versus* instituições. A defesa do primeiro em detrimento do segundo é bastante clara (GAUS, 1946; POLLOCK, 1951). Nesse período, iniciam-se também as críticas internas ao novo *paradigma*; ou seja, comportamentalistas já exercitam a autocrítica, ao tratarem dos perigos de um ideal de ciência dura semelhante às ciências naturais (WRIGHT, 1950).

Como já mencionado, é nos anos 1950 que o Comportamentalismo finalmente atinge sua hegemonia no âmbito dos discursos presidenciais – 5 dos 10 discursos do período defendem o *paradigma*, contemplando suas quatro principais características. Autores como Odegard (1951), Herring (1953), Lasswell (1956) e Schattschneider (1957) foram presidentes da APSA nessa época em que a unificação intelectual proporcionada pelo Comportamentalismo é vista de forma positiva por facilitar o diálogo com outras áreas (demais ciências do comportamento). Considera-se que a abordagem comportamentalista

seria a mais indicada para apontar um caminho seguro à resolução de problemas e permitir aprofundamento e avanço mais rápido da Ciência Política. A propósito, também é importante mencionar que os dois últimos discursos, de COLE (1959) e SWISHER (1960), adotam uma perspectiva institucional, porém, reconhecida pelo presidente seguinte (REDFORD, 1961) como diferenciada da abordagem tradicional de instituições, uma vez que apontavam novos caminhos de pesquisa tendo as instituições políticas como variáveis explicativas.

Na última década nota-se ainda a predominância do Comportamentalismo, mas com uma crítica mais categórica. Os discursos ressaltam a importância da teoria (TRUMAN, 1965; ALMOND, 1966; DEUTSCH, 1971), sem negar a necessidade do trabalho empírico e da quantificação. Isso se dá em um momento em que o Comportamentalismo é visto como *paradigma hegemônico* da disciplina, o que explica o teor e a intensidade das críticas. Novamente, iniciar-se-ão décadas de questionamento, a ponto de Easton (1969), em seu discurso presidencial, no final dos anos 1960, indicar o surgimento de uma nova corrente, ainda de caráter difuso e provisoriamente nomeada de Pós-Comportamentalismo. A seguir, trechos de alguns discursos do período que exemplificam as posições discutidas.

### **Trechos dos discursos**

*The organization of ours is not partisan, or sectional, or propagandist in its nature. It is, nevertheless, made up of men who are both willing and eager to see the results of their scientific study of political life and conditions converted to the practical ends of statesmanship. (...) A series of inquiries ably conducted under the auspices of this Association, carried on with diligence and energy, both without bias and in the purely scientific spirit, might come to have an almost monumental character and importance (SHAW, 1907)*

*Let us, then, in the hard years that lie ahead, outmaster the masters of our science who have gone before. Let us make our science both more searchingly scientific and more practical than ever. Let us prove to the American people and to the world that the scientific study of politics and administration is indispensable to the good government of democracy (ANDERSON, 1943)*

*I do not like the term political science. Human relationships, whether in the family or in the state, in the counting house or in the factory are not in any proper sense the subject-matter of science. They are stuff of insight and sympathy and spiritual comprehension. I prefer the term Politics, therefore, to include both the statesmanship of thinking and the statesmanship of action. Your real statesman is first of all, and chief of all, a great human being, with an eye for all the great field upon which men like himself struggle, with unflagging pathetic hope, towards better things (WILSON, 1911)*

*Political science is that science which treats of the organization known as the State. It is at the same time, so to speak, a science of statics and a science of dynamics. It has to do with the State at rest and with the State in actions. Inasmuch, however, as it is the State in action which causes the phenomena of the greatest practical concern to the individual, what will hereafter be said will be said from the point of view of the dynamics of Political Science (GOODNOW, 1905a)*

*I am not optimistic of any type of promised land of politics such as that sketched by Plato, or later in the broader field of social relations by Comte. These were complacent philosophical gestures conjuring new worlds from airy hypotheses, unverified and with no verification sought. We may be happy in the comfortable obsession that the startlingly imminent approaches to the penetralia of biological and psychical nature will bring with them immeasurable opportunities for more intimate understanding of the political behavior of men, in forms and ways which not even the hardest forecaster would venture to predict. A freer spirit, a forward outlook, an emancipation from clinging categories now outgrown, a greater creativeness in technique, a quicker fertility of investigation, a more intense attack upon our problems, closer relations with other social sciences and with natural sciences, - with these we may go on to the reconstruction of the "purely political" into a more intelligent influence on the progress of the race toward conscious control over its own evolution (MERRIAM, 1926)*

*The great hopes for contributions by the "new science" to our discipline will be realized most largely if tempered by recognition of dangers. The least of these dangers, in my judgment, are faddism, extremism and jargon creation; for these, we may hope, will fade and leave a hard core of contribution behind. A larger danger is that we will overconcentrate our energies on things to which the methods of science can be adapted, sacrificing thereby the pursuit of other studies (REDFORD, 1961)*

## 6 CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs a analisar mais de sete décadas de história da disciplina de Ciência Política norte-americana a partir de alguns dados sobre a *American Political Science Association* e os discursos presidenciais da *APSA* publicados na *American Political Science Review*. Foram mapeados alguns dos mais importantes aspectos dos processos que datam desde da fundação da *APSA* até a consolidação do Comportamentalismo como *paradigma* orientador das pesquisas da área. Nesse sentido, o objetivo fundamental deste trabalho consistiu na tentativa de identificar, por meio da análise de conteúdo dos discursos presidenciais da *APSA*, o processo de disputa entre os paradigmas do Antigo Institucionalismo e do Comportamentalismo, até a prevalência deste último. Com isso, a intenção era mostrar que os ideais científicos da “revolução comportamentalista” estiveram no centro de uma disputa metodológica que marcou a formação e a evolução inicial da Ciência Política norte-americana.

Considerando os resultados obtidos, o estudo procurou trazer pelo menos duas contribuições para a compreensão da história da Ciência Política. Primeiramente, a discussão procurou trazer informações acerca de aspectos pouco pesquisados na disciplina, especialmente no Brasil, mas que são de fundamental importância para a compreensão das escolhas epistemológicas e metodológicas que nós, cientistas políticos, fazemos constantemente. Muitas dessas escolhas não são questionadas, quando, na verdade, resultam de um longo processo de disputas teóricas e metodológicas dentro da disciplina. Além disso, mesmo enfocando única e exclusivamente a Ciência Política norte-americana, o presente estudo não se restringe apenas à disciplina naquele país, visto que seu desenvolvimento em outros países foi e continua sendo orientado pelas perspectivas teóricas e metodológicas debatidas e desenvolvidas, na maioria das vezes, na comunidade acadêmica dos Estados Unidos. É reconhecido que diversos cientistas políticos brasileiros (e de outras partes do mundo) tiveram sua formação, integral ou complementar, em universidades americanas, o que implica na influência, ou adoção, dos mesmos debates centrais. Isso, portanto, acabou por disseminar as práticas da Ciência Política norte-americana.

Em segundo lugar, o uso da perspectiva teórica de Thomas Kuhn (2009) possibilita uma contribuição teórica para a compreensão da evolução paradigmática da Ciência Política como um fenômeno institucional. A transição de um modelo de pesquisa para outro – no caso, do Antigo Institucionalismo para o Comportamentalismo – não ocorreu ao acaso, mas sim

consistiu em um processo também político de debates e divergências sobre o que significa fazer Ciência Política. Nesse sentido, o papel dos atores, ou seja, a comunidade de cientistas políticos de cada época, e de suas crenças científicas, é de grande importância para a definição das perspectivas teóricas e metodológicas da disciplina. Tal argumento resulta no reconhecimento da centralidade dos presidentes da *APSA* como figuras que representam e dão significado às dinâmicas de conflitos entre o que deve ser a “ciência da política” e como esta deve ensinada e praticada.

Evidentemente, alguns dos resultados já apresentados constam na literatura sobre o tema, corroborando muitos de seus argumentos. Porém, o elemento distintivo do trabalho é o fato de levantar dados de maneira sistemática, por meio de categorias e critérios previamente estabelecidos, de sete décadas da história da disciplina. Além disso, até o momento, os discursos presidenciais da *APSA* eram materiais não analisados. Com base nisso, a pesquisa revelou um aspecto pontual que não é necessariamente um consenso na literatura especializada na história da Ciência Política norte-americana. O Comportamentalismo parece florescer muito antes de seu período de hegemonia, ou até mesmo antes da década de 1940, em um período que ainda afirma-se a hegemonia do Antigo Institucionalismo. Os dados apontam uma preponderância do primeiro sobre o segundo já na década de 1920.

Obviamente, não foram esgotadas todas as possibilidades de variáveis explicativas do fenômeno observado, o que exige uma pesquisa ainda mais aprofundada. Uma proposta para futura pesquisa consiste na análise dos artigos das revistas e dos temas e seções dos encontros anuais da *APSA*, visto que se constituem como pilares da estrutura da Ciência Política norte-americana. De qualquer forma, este trabalho é um ponto de partida para pesquisas com novas perspectivas sobre o tema, tanto para a compreensão da Ciência Política norte-americana como da brasileira. Afinal, compreender a história da disciplina nos Estados Unidos não é só uma forma de entender a disciplina naquele país, mas também entender parte da evolução da Ciência Política de modo geral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADCOCK, Robert; BEVIR, Mark. **The History of Political Science**, Political Studies Review, Vol. 05: 1-16, 2005.
- ALMOND, Gabriel. **A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science**. London: Sage, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Political Theory and Political Science**. Presidential Address, The American Political Science Review, Vol. 60, No. 4: 869-879, 1996.
- \_\_\_\_\_. Political Science: The History of the Discipline; In: GOODING, Robert; KLINGEMANN, Hans-Dieter (Eds.), **A New Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- ANDERSON, William. **The Rôle of Political Science**. Presidential Address, The American Political Science Review, Vol. 37, No. 1: 1-17, 1943.
- BAGHOT, Walter. **The English Constitution**. E-Edition, 1873.
- BALDWIN, Simeon, E. **The Progressive Unfolding of the Powers of the United States**. Presidential Address, The American Political Science Review, Vol. 6, No. 1: 1-16, 1912.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEARD, Charles A. **Time, Technology, and the Creative Spirit in Political Science**. Presidential Address, The American Political Science Review, Vol. 21, No. 1: 1-11, 1927.
- BIRD, Alexander. **Thomas Kuhn**. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- BRYCE, James. **The Relations of Political Science to History and to Practice**. Presidential Address, The American Political Science Review, Vol. 3, No. 1: 1-18, 1909.
- BROOKS, Robert C. **Reflections on the “World Revolution” of 1940**. Presidential Address, The American Political Science Review, Vol. 35, No. 1: 1-28, 1940.
- BUNCHE, Ralph J. **Presidential Address**, The American Political Science Review, Vol. 48, No. 4: 961-971, 1954.

- COKER, Francis W. **American Traditions Concerning Property and Liberty**. Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 30, No. 1: 1-23, 1936.
- COLE, Taylor. **Three Constitutional Courts: A Comparison**. Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 53, No. 4: 963-984, 1959.
- CORWIN, Edward, S. **Social Planning Under the Constitution – A Study in Perspectives**, Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 26, No. 1: 1-27, 1932.
- CUSHMAN, Robert E. **Civil Liberty After the War**. Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 38, No. 1: 1-20, 1944.
- DAHL, Robert. **The Behavioral Approach in Political Science: Epitaph for a Monument to a Successful Protest**, *American Political Science Review*, Vol. 55 No. 4: 736-772, 1961.
- \_\_\_\_\_. **The City in the Future of Democracy**. Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 61, No. 4: 953-970, 1967.
- DEUTSCH, Karl W. **On Political Theory and Political Action**. Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 65, No. 1: 11-27, 1970.
- DODD, Walter F. **The United States Supreme Court, 1936-1946**. Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 41, No. 1: 1-11, 1947.
- DREWRY, G. **Political Institutions: Legal Perspective**; In: GOODING, Robert; KLINGEMANN, Hans-Dieter (Eds.). **A New Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- DRYZEK, J. **Revolutions Without Enemies: Key Transformations in Political Science**. *American Political Science Review*, 100/04: 487-492, 2006.
- DUNNING, William A. **Liberty and Equality in International Relations**. Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 17, No. 1: 1-16, 1923.
- DYKSTRA, Clarence. **The Quest for Responsibility**. Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 33, No. 1: 1-25, 1939.
- EASTON, D. **Political Science in the United States: Past and Present**. *International Political Science Review*, Vol. 06 No. 01: 133-152, 1985.



- \_\_\_\_\_. The Current Meaning of 'Behavioralism' in Political Science; In: CHARLESWORTH, James (Ed.), **The Limits of Behavioralism in Political Science**. Philadelphia: The American Academy of Political and Social Science, 1962.
- \_\_\_\_\_. EASTON, David. **The New Revolution in Political Science**. Presidential Address, The American Political Science Review, Vol. 63, No. 4: 1051-1061, 1969.
- FAINSOD, Merle. **Some Reflections on Soviet-American Relations**. Presidential Address, The American Political Science Review, Vol. 62, No. 4: 1093-1103, 1968.
- FAIRLIE, John A. **Political Developments and Tendencies**. Presidential Address, The American Political Science Review, Vol. 24, No. 1: 1-15, 1930.
- FARR, J. Remembering the Revolution: Behavioralism in American Political Science; In: FARR, J.; DRYZEK, J.; LEONARD, S. (Eds.). **Political Science in History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- FORD, Henry Jones. **Present Tendencies in American Politics**. Presidential Address, The American Political Science Review, Vol. 14, No. 1: 1-13, 1920.
- FREUND, Ernst. **Principles of Legislation**. Presidential Address, The American Political Science Review, Vol. 10, No. 01: 1-19, 1916.
- FULLER, Steve. **Thomas Kuhn: A Philosophical History for our Times**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.
- FRIEDRICH, Carl J. **Rights, Liberties, Freedoms: A Reappraisal**. Presidential Address, The American Political Science Review, Vol. 57, No. 4: 841-854, 1963.
- GARFIELD, Harry A. **Recent Political Developments: Progress or Change?** Presidential Address, The American Political Science Review, Vol. 18, No. 1: 1-17, 1924.
- GARNER, James W. **Limitations on National Sovereignty in International Relations**. Presidential Address, The American Political Science Review, Vol. 19, No. 1: 1-14, 1925.
- GAUS, John M. **A Job Analysis of Political Science**. Presidential Address, The American Political Science Review, Vol. 40, No. 2: 217-230, 1946.
- GOODING, Robert; KLINGEMANN, Hans-Dieter. Political Science: The Discipline; In: GOODING, R.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (Eds.). **A new Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

- GOODNOW, Frank J. **The Work of The American Political Science Association.** Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 1: 35-46, 1904.
- \_\_\_\_\_. **The Growth of Executive Discretion.** Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 2: 29-44, 1905.
- GUNNELL, John G. **The Founding of the American Political Science Association.** *American Political Science Review* 100/4: 479-86, 2006.
- HAINES, Charles Grove. **The Adaptation of Administrative Law and Procedure to Constitutional Theories and Principles.** Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 34, No. 1: 1-30, 1940.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. **As três versões do neo-institucionalismo.** *Lua Nova*, São Paulo, No. 58, 2003.
- HART, Albert Bushnell. **A Government of Men.** Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 7, No. 1: 1-27, 1913.
- HERRING, Pendleton. **On the Study of Government.** Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 47, No. 4: 961-974, 1958.
- HOLCOMBE, Arthur N. **The Political Interpretation of History.** Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 31, No. 1: 1-11, 1937.
- HOYNINGEN-HUENE, Paul. **Reconstructing Scientific Revolutions: Thomas Kuhn's Philosophy of Science.** Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- HYNEMAN, Charles S. **Free Speech: At What Price?** Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 56, No. 4: 847-852, 1962.
- JUDSON, F. N. **The Future of Representative Government.** Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 2, No. 2: 185-203.
- KEY, V. O. **The State of the Discipline.** Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 52, No. 4: 961-971, 1958.
- KIRKPRATRICK, Evron. **The Impact of the Behavioral Approach on Traditional Political Science;** In: RANNEY, Austin (Ed.). **Essays on the Behavioral Study of Politics.** Urbana: University of Illinois Press, 1962.
- KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas.** Lisboa: Guerra e Paz, 2009.

LASSWELL, Harold. **The Political Science of Science: An Inquiry into the Possible Reconciliation of Mastery and Freedom.** Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 50, No. 4: 961-979, 1956.

\_\_\_\_\_. **Propaganda technique in the world war.** New York: Peter Smith, 1938.

LOEB, Isidor. **Fact and Fiction in Government.** Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 28, No. 1: 1-10, 1934.

LOWELL, Lawrence. **The Physiology of Politics,** Presidential Address, *American Political Science Review*, Vol. 4, No. 1: 1-15, 1920.

MACMAHON, Arthur W. **Conflict, Consensus, Confirmed Trends, and Open Choices.** Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 42, No. 1: 1-15, 1948.

MACY, Jesse. **The Scientific Spirit in Politics.** Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 11, No. 1: 1-11, 1917.

MAHONEY, James; THELEN, Kathleen. **Explaining institutional change: ambiguity, agency and power.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MARCH, James; OLSEN, Joan. **Neo-Institucionalismo: Fatores Organizacionais na Vida Política,** *Revista de Sociologia e Política*, Vol. 16 No. 31: 121-142, 2008.

\_\_\_\_\_. "Elaborating the New Institutionalism"; In: RHODES, A; BINDER, S.; ROCKMAN, B. (Eds.). **Oxford Handbook of Political Science.** Oxford: Oxford University Press, 2006.

MCKINLEY, Charles. **The Constitution and the Tasks Ahead.** Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 49, No. 4: 961-979, 1955.

MERRIAM, C. **The Present State of the Study of Politics.** Presidential Address, *American Political Science Review*, Vol. 15, No. 1: 173-185, 1921.

\_\_\_\_\_. **The Significance of Psychology for the Study of Politics.** *American Political Science Review*, Vol. 18 No. 03: 469-488, 1924.

MOORE, John Bassett. **Law and Organization.** Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 9 No. 1: 1-15, 1915.

MUNRO, William Bennett. **Physics and Politics – An Old Analogy Revised,** Presidential Address, *American Political Science Review*, Vol. 22, No.1: 1-11, 1928.

- ODEGARD, Peter H. **Variations on a Familiar Theme**. Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 45, No. 4: 961-973, 1951.
- OGG, Frederic A. **American Democracy - After War**. Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 36, No. 1: 1-15, 1942.
- PERES, P. **Comportamento ou Instituições?** A Evolução Histórica do Neo-Institucionalismo da Ciência Política, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23, No. 68: 53-72, 2008.
- PERES RANSANZ, A. **Kuhn y el Cambio Científico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- PETERS, Guy. **Institutional Theory in Political Science: The New Institutionalism**. London: Continnum, 1999.
- PIERSON, Paul. **Politics in time: History, institutions and social analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- POLLOCK, James K. **The Primacy of Politics**. Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 45, No. 1: 1-17, 1951.
- POLSBY, Nelson. **Social Science and Scientific Change: A Note on Thomas Kuhn's Contribution**. *Annual Review of Political Science*, 1998.
- POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Cultrix, 1972.
- POWELL, Thomas Reed. **From Philadelphia to Philadelphia**. Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 32, No. 1: 1-27, 1938.
- PRITCHETT, C. Herman. **Equal Protection and the Urban Majority**. Presidential Address, *The American Political Science Review*. Vol. 58, No. 4: 869-875, 1964.
- REDFORD, Emmette. **Reflexions on a Discipline**. Presidential Address, *American Political Science Review*, 55/04: 755-762, 1961.
- REEVES, Jesse S. **The Perspectives in Political Science: 1903-1928**, Presidential Address, *American Political Science Review*, Vol. 23. No. 1: 1-16, 1929.
- RHODES, R. Old Institutionalism; In: RHODES, A; BINDER, S.; ROCKMAN, B. (Eds.). **Oxford Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

- ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. **Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória.** Alea, Vol. 7, No. 2. Rio de Janeiro, 2005.
- ROSS, Dorothy. **The origins of American Social Science.** NY: Cambridge University Press, 1991.
- ROTHSTEIN, Bo. Political Institutions: An Overview; In: GOODING, Robert and KLINGEMANN, Hans-Dieter (Eds.). **A New Handbook of Political Science.** Oxford: Oxford University Press, 1996.
- ROWE, L. S. **The Development of Democracy on the American Continent.** Presidential Address, The American Political Science Review, Vol. 16, No. 1: 1-9, 1922.
- SANDERS, Elizabeth. Historical Institutionalism. In: RHODES, R. A. W.; BINDER, S. A.; ROCKMAN B. A. (Orgs). **The Oxford book of political institutions.** Oxford: Oxford University Press, 2008.
- SCHATTSCHEIDER, E. E. **Intensity, Visibility, Direction and Scope,** Presidential Address, American Political Science Review, Vol. 51, No. 4: 933-942, 1957.
- SHAW, Albert. **Presidential Address.** The American Political Science Review, Vol. 1, No. 2: 177-186, 1907.
- SHEPARD, Walter J. **Democracy in Transition.** Presidential Address, The American Political Science Review, Vol. 29, No. 1: 1-20, 1935.
- SIBLEY, Mulford. The Limitations of Behavioralism; In: CHARLESWORTH, James (Ed.). **The Limits of Behavioralism in Political Science.** Philadelphia: The American Academy of Political and Social Science, 1962.
- SMITH, Munroe. **The Nature and the Future of International Law.** Presidential Address, The American Political Science Review, Vol. 12, No. 1: 1-16, 1918.
- SOMIT, A.; TANNENHAUS, J. **The Development of American Political Science: From Burgess to Behavioralism.** Boston MA: Allyn and Bacon, 1967.
- SWISHER, Carl Brent. **The Supreme Court and “The Moment of Truth”**, Presidential Address, American Political Science Review, Vol. 54, No. 4: 879-886, 1960.
- SPENCER, Henry Russell. **Pathological Problems in Politics.** Presidential Address, The American Political Science Review, Vol. 43, No. 1: 1-16, 1949.

- TRINDADE, Hégio. **Ciências Sociais no Brasil: Diálogos com Mestres e Discípulos**, Editora Lieber, 2012.
- TRUMAN, David B. **Disillusion and Regeneration: The Quest for a Discipline**. Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 59, No. 4: 865-873, 1965.
- UBERTACCIO, Peter N. e COOK, Brian J. **Wilson's Failure: Roots of Contention about the Meaning of a Science of Politics**, *American Political Science Review* Vol. 100 No. 4: 573-78, 2006.
- WAHLKO, John. **Pre-Behavioralism in Political Science**. *The American Political Science Review*, Vol. 73 No. 01: 09-31, 1978.
- WATSON, John. **Psychology as the Behaviorist Views it**. *Psychological Review*, 20, 1913.
- WHITE, Leonard D. **Congressional Control of the Public Service**. Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 39, No. 1, 1945.
- WILLOUGHBY, W. W. **The Individual and the State**. Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 8, No. 1: 1-13, 1914.
- WILLOUGHBY, William F. **A Program for Research in Political Science**, Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 27, No. 1: 1-23, 1933.
- WILSON, Woodrow. **The Law and the Facts**. Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 5, No. 1: 1-11, 1911.
- \_\_\_\_\_. **Governo Constitucional nos Estados Unidos**. São Paulo: Ibrasa, 1963.
- WRIGHT, Quincy. **Political Science and World Stabilization**. Presidential Address, *The American Political Science Review*, Vol. 44, No. 1: 1-13, 1950.

**ANEXO**

MANDATO	PRESIDENTE	UNIVERSIDADE	TÍTULO DO DISCURSO	DEFESA DE PARADIGMA	
				Antigo Institucionalismo	Comportamentalismo
1903-1904	Frank J. Goodnow	Columbia University	The Work of the American Political Science Association	I.1; I.2; I.3; I.4	
1904-1905	Frank J. Goodnow	Columbia University	The Growth of Executive Discretion	I.1; I.2; I.3; I.4	
1905-1906	Albert Shaw	New York City		I.1; I.3; I.4	C.3; C.4
1906-1907	Frederick N. Judson	St. Louis	The Future of Representative Government	I.1; I.2; I.3	
1907-1908	James Bryce	British ambassador to U.S.	The Relations of Political Science to History and to Practice	I.1; I.2; I.3	C.3; C.4
1908-1909	A. Lawrence Lowell	Harvard University	The Physiology of Politics	I.1; I.3	C.3; C.4
1909-1910	Woodrow Wilson	Princeton University	The Law and the Facts	I.1; I.3; I.4	C3
1910-1911	Simeon E. Baldwin	Yale University	The Progressive Unfolding of the Powers of the United States	I.1; I.3; I.4	
1911-1912	Albert Bushnell Hart	Harvard University	A Government of Men	I.1; I.2; I.3; I.4	C.3
1912-1913	W. W. Willoughby	Johns Hopkins University	The Individual and the State	I.1; I.3	
1913-1914	John Bassett Moore	Columbia University	Law and Organization	I.1; I.3; I.4	
1914-1915	Ernst Freund	University of Chicago	Principles of Legislation	I.1; I.3	C.3; C.4
1915-1916	Jesse Macy	Grinnell College	The Scientific Spirit in Politics		C.3; C.4
1916-1918	Munroe Smith	Columbia University	The Nature and the Future of International Law	I.2	.
1918-1919	Henry Jones Ford	Princeton University	Present Tendencies in American Politics	I.1; I.4	C.3
1919-1920	Paul S. Reinsch	U.S. minister to China	Secret Diplomacy: How Far Can it be Eliminated		
1920-1921	Leo S. Rowe	Director-Gen. Pan Am American Union	The Development of Democracy on the American Continent		
1921-1922	William A. Dunning	Columbia University	Liberty and Equality in International Relations		
1922-1923	Harry A. Garfield	Williams College	Recent Political Developments: Progress or Change?		
1923-1924	James W. Garner	University of Illinois	Limitations on National Sovereignty in International Relations		
1924-1925	Charles E. Merriam	University of Chicago	Progress in Political Research		C.1; C.2; C.3; C.4
1925-1926	Charles A. Beard	Training School Public Service	Time, Technology, and the Creative Spirit in Political Science		C.2
1926-1927	William Bennett Munro	Harvard University	Physics and Politics – An Old Analogy Revised		C.1; C.2; C.3; C.4
1927-1928	Jesse S. Reeves	University of Michigan	Perspectives in Political Science, 1903-1981		C.2; C.3
1928-1929	John A. Fairlie	University of Illinois	Political Developments and Tendencies		C.2; C.3; C.4
1929-1930	Benjamin F. Shambaugh	University of Iowa	The Statesman of Democracy		
1930-1931	Edward S. Corwin	Princeton University	Social Planning Under the Constitution – A Study in Perspectives	I.3	C.1; C.3



1931-1932	William F. Willoughby	Brookings Institution	A Program for Research in Political Science	I.1; I.3	C.3
1932-1933	Isidor Loeb	Washington University	Fact and Fiction in Government		C.2; C.3; C.4
1933-1934	Walter J. Shepard	Ohio State University	Democracy in Transition		
1934-1935	Francis W. Coker	Yale University	American Traditions Concerning Property and Liberty Presidential		
1935-1936	Arthur N. Holcombe	Harvard University	The Political Interpretation of History		C.2
1936-1937	Thomas Reed Powell	Harvard University	From Philadelphia to Philadelphia		C.1; C.3
1937-1938	Clarence A. Dyskstra	University of Wisconsin	The quest for Responsibility		C.1; C.3
1938-1939	Charles Grove Haines	UCLA	The Adaptation of Administrative Law and Procedure to Constitutional Theories and Principles	I.3	C.1; C.3
1939-1940	Robert C. Brooks	Swarthmore College	Reflections on the "World Revolution" of 1940		
1940-1941	Frederic A. Ogg	University of Wisconsin	American Democracy – After War		
1941-1942	William Anderson	University of Minnesota	The Role of Political Science	I.1; I.2	C.3; C.4
1942-1943	Robert E. Cushman	Cornell University	Civil Liberty After the War		.
1943-1944	Leonard D. White	University of Chicago	Congressional Control of the Public Service		C.1
1944-1945	John Gaus	University of Wisconsin	A Job Analysis of Political Science		C.1; C.2; C.3; C.4
1945-1946	Walter F. Dood	Chicago	The United States Supreme Court, 1936-1946		C.1
1946-1947	Arthur W. Macmahon	Columbia University	Conflict, Consensus, Confirmed Trends, and Open Choices		C.1; C.3
1947-1948	Henry R. Spencer	Ohio State University	Pathological Problems in Politics		C.2; C.3
1948-1949	Quincy Wright	University of Chicago	Political Science and World Stabilization		C.1; C.2; C.3
1949-1950	James K. Pollock	University of Michigan	The Primacy of Politics		C.1; C.2; C.3; C.4
1950-1951	Peter H. Odegard	University of California - Berkeley	Variations on a Familiar Theme		C.1; C.2; C.3; C.4
1951-1952	Luther Gulick	National Institute of Public Administration			
1952-1953	Pendleton Herring	Social Science Research Council	On the Study of Government		C.1; C.2; C.3; C.4
1953-1954	Ralph J. Bunche	United Nations			C.2; C.3; C.4
1954-1955	Charles Mckinley	Reed College	The Constitution and the Tasks Ahead		C.1; C.2; C.3; C.4
1955-1956	Harold D. Lasswell	Yale University	The Political Science of Science: An Inquiry into the Possible Reconciliation of Mastery and Freedom		C.1; C.2; C.3; C.4
1956-1957	E.E. Schattschneider	Wesleyan University	Intensity, Visibility, Direction and Scope		C.1
1957-1958	V. O. Key Jr.	Harvard University	The State of The Discipline		C.1; C.2; C.3; C.4

1958-1959	R. Taylor Cole	Duke University	Three Constitutional Courts: A Comparison	I.1	
1959-1960	Carl B. Swisher	Johns Hopkins University	The Supreme Court and "The moment of Truth"	I.1; I.2; I.3	
1960-1961	Emmette S. Redford	University of Texas	Reflections on a Discipline		
1961-1962	Charles S. Hyneman	Indiana University	Free Speech: At What Price?		C.1; C.3; C.4
1962-1963	Carl J. Friedrich	Harvard University	Rights, Liberties, Freedoms	I.1; I.2; I.3	
1963-1964	C. Herman Pritchett	University of Chicago	Equal Protection and the Urban Majority		C.1
1964-1965	David B. Truman	Columbia University	Disillusion and Regeneration: The Quest for a Discipline		C.1; C.2; C.3; C.4
1965-1966	Gabriel A. Almond	Stanford University	Political Theory and Political Science		C.1; C.2; C.3; C.4
1966-1967	Robert A. Dahl	Yale University	The City in the Future of Democracy		C.1; C.2
1967-1968	Merle Fainsod	Harvard University	Some Reflections on Soviet-American Relations		C.1
1968-1969	David Easton	University of Chicago	The New Revolution in Political Science		
1969-1970	Karl W. Deutsch	Harvard University	On Political Theory and Political Action		C.1; C.2; C.3

**LEGENDA:**

**I.1** -Instituições como foco explicativo de fenômenos políticos

**I.2** -Abordagem histórica e jurídica

**I.3** -Descrição de estruturas e regras institucionais

**I.4** -Modelos prescritivos, sob uma ótica normativa, do que seria um bom governo

**C.1** -Comportamento como foco explicativo de fenômenos políticos

**C.2** -Abordagem multidisciplinar

**C.3** -Pesquisas empíricas com fins à quantificação

**C.4** -Ideal de ciência pautado por objetividade, rigor e neutralidade

